

BOLETIM

INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXIV nº 1372 - 19/12/2016 a 25/12/2016

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

MILHO SAFRINHA

FIQUE DE OLHO NAS NOVAS REGRAS

SUINOCULTURA

Saiu novo levantamento
de custo de produção

PERSPECTIVA

O que será de 2017?

www.sistemafaep.org.br

Após 41 edições, chegamos ao último exemplar de 2016 do Boletim Informativo. E, essa traz 48 páginas para que o leitor possa ter informações até o nosso retorno no próximo ano.

São notícias que vão desde o último levantamento do custo de produção da suinocultura, realizado em novembro, até as matérias do pós Agrinho nos municípios e as formaturas do Programa de Aprendizagem de Adolescentes e Jovens (AAJ).

A matéria de Capa orienta o produtor rural sobre o novo Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) do milho segunda safra. Foram incluídos 52 municípios paranaenses que apesar de já cultivarem o milho de segunda safra, não estavam contemplados.

Temos editorial e matéria de balanço e perspectivas para 2017, que mostram que o agronegócio continuará fazendo a diferença. A retomada do crescimento não será rápida.

Os recordes acumulados pelo Porto de Paranaguá, resultado de investimentos e gestão estão na pág. 22.

Dois matérias falam sobre o potencial de cadeias produtivas distintas. A produção de peixes é um dos setores mais promissores da pecuária mundial e a FAEP está ajudando na organização da aquicultura no Estado. A cadeia de reciclagem animal mostra a infinidade de usos possível dos subprodutos, que vão desde cosméticos até biocombustíveis.

Esperemos que apreciem a leitura. Desejamos Boas Festas a todos e que, em 2017, possamos recheiar as páginas do nosso Boletim Informativo com boas notícias!

Boa leitura!

Índice

Aquicultura	03
ZARC	06
Artigo / Nota	12
Perspectiva 2017	14
AAJ	16
Suinocultura	18
Infraestrutura	22
Sebo Bovino	24
Sanidade	27
Capacitação	28
Anvisa	30
AveSui	33
História - Feliz Ano Novo!	34
Agroquímicos	36
Ofício	37
Biogás	38
Notas	39
Agrinho	40
Conseleite	41
Cartas / Fundepec	42
Eventos Sindicais	43
Via Rápida	46

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP; Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal: Sebastião Olimpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo

Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Editora:** Cynthia Calderon | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, André Amorim e Carlos Guimarães Filho | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuei

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da edição 1372: Fernando Santos, Milton Dória, AEN, Divulgação e Arquivo FAEP

Organizando a cadeia produtiva

FAEP reúne principais entidades buscando estratégias para alavancar a produção aquícola no Estado



A produção de peixes é um dos setores mais promissores da pecuária mundial. Segundo relatório da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), nos próximos nove anos a aquicultura brasileira deverá experimentar um crescimento de 104%, o maior da América Latina.

Para facilitar o diálogo entre as principais entidades da aquicultura paranaense, identificar gargalos e oportunidades neste setor, a FAEP promoveu no dia 28 de novembro, em Curitiba, uma reunião com representantes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar) e a Cooperativa C.Vale.

O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette reforçou, na abertura do evento, o interesse da Federação em co-

laborar para o desenvolvimento de ações em prol da organização do setor. “No que depender da FAEP, vocês terão todo apoio para transformar o Paraná em uma referência na produção de peixe, que deverá ser uma das principais fontes de proteína animal nos próximos anos”, afirmou.

Segundo dados do IBGE, em 2015 a produção aquícola brasileira foi de 574.165 toneladas, o que corresponde, em valores, a R\$ 4,05 bilhões. Dentro da aquicultura, a produção de peixes (piscicultura) é a principal atividade, respondendo por mais de 84% da produção, com 483.241 toneladas (ton), seguida da carcinocultura (produção de camarão) com 69.860 ton e da malacocultura (cultivo de moluscos) com 21.064 ton.

De acordo com o presidente da Comissão Nacional de Aquicultura da CNA, Eduardo Ono, na última década, o crescimento anual médio da produção aquícola no Brasil foi de 8%. Porém,

nos últimos três anos houve uma estagnação. Entre 2014 e 2015, houve queda de – 4,7% na produção da região Nordeste, principal produtora do país, que foi afetada pelo clima. Nesse período, porém, a produção de pescado na região Sul cresceu 13,1% puxada principalmente pelo Paraná.

Ono afirmou que, apesar do crescimento do consumo de pescados no Brasil nos últimos anos, ainda somos muito pouco competitivos internamente. “Nosso produto chega ao mercado custando quase o dobro do importado”, disse. Quando analisamos o setor de alimentos na nossa balança comercial, ele aponta que “o pescado só perde para o trigo”, em relação ao volume importado.

Segundo o presidente da Comissão Nacional, pesam contra a competitividade brasileira questões como a burocracia, alta carga tributária, falta de isonomia em relação ao pescado importado, fraca estruturação da cadeia produtiva e da cadeia de comercialização, sem contar fatores de mercado que estrangularam os ganhos dos piscicultores. “De um lado houve uma elevação nos custos de produção de cerca de 20%, de outro lado, a estabilização de valores de venda. Com isso as cadeias estão extremamente apertadas”, afirmou.

Competitividade e sustentabilidade

Diante deste cenário, a comissão nacional da CNA estabeleceu uma série de ações necessárias para aumentar a competitividade e sustentabilidade da aquicultura brasileira. Dentre elas estão a desburocratização do licenciamento ambiental, a simplificação da

obtenção de inspeção sanitária para as indústrias, criação de uma sintonia entre as ações de pesquisa e desenvolvimento, remoção da tributação do PIS/COFINS sobre a ração, pós-larvas e alevinos, isenção do ICMS sobre produtos e insumos da aquicultura e divulgação dos programas de sanidade em animais aquáticos.

No centro de todas estas ações está a necessidade de planejar e organizar a cadeia produtiva. “O planejamento dos próximos 10, 15 anos, nunca foi feito. Queremos desenhar onde queremos chegar no futuro”, afirmou Ono.

Protagonismo paranaense

De acordo com dados do Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab), a produção paranaense de pescado em 2015 foi de 93.566 toneladas. Destes, 80.565 ton são fruto da aquicultura, que tem como carro chefe a tilápia, que responde por 91% dos peixes produzidos. O Paraná é o segundo maior produtor de pescado do país e o primeiro colocado na produção de tilápia. Os municípios do Oeste do Estado respondem por 69% da produção paranaense, Nova Aurora, Assis Chateaubriand, Toledo e Maripá estão entre os 10 maiores produtores brasileiros desta espécie.

Em seguida vem a região Norte, com 14% da produção. Nestes polos estão localizados os principais frigoríficos e agroindústrias para o processamento da produção.

No Estado predominam as pequenas unidades de produção, que apostaram na piscicultura para diversificar e conseguiram um



bom retorno. Nesse contexto, as cooperativas do Estado têm importância central. Presente na reunião, o gerente de produção da C. Vale, Flávio Oscar Paulert, apresentou o projeto de piscicultura da cooperativa. A previsão é inaugurar no primeiro semestre de 2017 uma fábrica de rações extrusadas com capacidade de produzir 200 toneladas por dia. No segundo semestre está prevista a instalação de um novo frigorífico com capacidade de abate de 75 mil peixes/dia. Essas plantas serão no município de Palotina.

Esse projeto também compreende um sistema de integração junto aos cooperados que inicialmente atenderá os produtores localizados em um raio de 50 quilômetros das unidades industriais da C. Vale.

Apesar dos entraves identificados pela CNA na cadeia produtiva como um todo, segundo o médico veterinário Luiz Danilo Muelhmann, o Paraná conta com uma produção de equipamentos, insumos, rações e outros materiais usados na piscicultura bastante estruturada. Além disso, em 2015 o Estado foi responsável pela produção de 22% dos alevinos do país.

Entraves

Um dos problemas de consenso entre os participantes da reunião foi a necessidade de uma assistência técnica mais comprometida, mais qualificada e continuada na aquicultura. “O “apagão” de assistência técnica é uma constante em todas as cadeias produtivas”, avaliou o presidente do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná (Fundepac), Ronei Volpi.

Outra demanda central identificada é a ausência de pesquisa aplicada à atividade. “A pesquisa era abundante há anos, porém não havia foco. Falta diálogo entre a academia e a indústria”, observou Ono, da CNA.

Também foram elencados como grandes entraves as dificuldades de licenciamento ambiental nos sistemas produtivos de tanques rede, o que reflete na dificuldade em contratar o seguro aquícola, que por si só é outro nó a ser desatado pelo setor, pois

são poucas as seguradoras que trabalham com este tipo de apólice no Brasil.

A dificuldade com o licenciamento ambiental também prejudica o acesso ao crédito, que além de limitado é bastante recente, o que obriga a maioria dos produtores a empreender com recursos próprios.

A solução para o desenvolvimento da cadeia começa pela organização e articulação do setor. “É preciso juntar as forças”, observou o assessor da presidência da FAEP, Antônio Poloni. Para isso, um dos encaminhamentos da reunião trata da formação de um grupo de trabalho envolvendo diversos elos da cadeia, entre eles os produtores do Estado, com objetivo de discutir ações para organizar a piscicultura.



O Paraná é o principal produtor de alevinos do país



Veja algumas das principais dificuldades para o desenvolvimento da aquicultura no Brasil

- Ausência de pesquisa aplicada;
- Dificuldades no licenciamento ambiental;
- Acesso limitado ao crédito;
- Baixa oferta de Seguro aquícola;
- Assistência técnica limitada.

ERRATA

O rodapé das páginas do Boletim Informativo 1371 saiu com o ano de 2015 quando o correto é 2016.

Mudanças no Zoneamento Agrícola de Risco Climático

52 municípios paranaenses foram inclusos no zoneamento do milho segunda safra

Pedro Loyola – Coordenador do DTE/FAEP



O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Brasileira (Embrapa) realizaram estudos sobre fenômenos climáticos adversos e as consequências para os períodos de plantio de milho de segunda safra. O retorno desses estudos, interrompidos por três anos, atendeu pedido feito pela FAEP, dado que novas cultivares com melhores tecnologias e mudanças na série histórica de frequência de problemas climáticos resultam em alterações da gestão do risco do produtor.

Os primeiros resultados dos estudos subsidiaram a publicação pelo Mapa do novo Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) do milho segunda safra, que permite ao produtor identificar

o melhor período de semeadura das lavouras nos diferentes tipos de solo e ciclos de cultivares. Nos próximos meses serão publicadas as portarias dos zoneamentos com a nova metodologia para trigo, soja e cana-de-açúcar.

O estudo contou com mudanças significativas na metodologia do ZARC, que possibilitou incluir 52 municípios paranaenses no zoneamento de milho de segunda safra (veja na página ao lado). Dentre eles estão 20 municípios, a maioria da região Noroeste, que faziam parte de pleito da FAEP. Esses municípios já cultivavam milho de segunda safra há mais de dez anos com razoáveis médias de produtividade, mas ainda não estavam contemplados no ZARC.

Municípios inclusos no ZARC de milho segunda safra no Paraná

Alto Paraíso, Altônia, Amaporã, Cafeara, Cafezal do Sul, Cidade Gaúcha, Colorado, Cruzeiro do Oeste, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Douradina, Esperança Nova, Guairaça, Guaporema, Icaraíma, Inajá, Iporã, Itaguajé, Itaúna do Sul, Ivaté, Jardim Olinda, Loanda, Lupionópolis, Maria Helena, Marilena, Nossa Senhora das Graças, Nova Londrina, Nova Olímpia, Paracity, Paranaoema, Paranaíba, Perobal, Pérola, Planatina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Rondon, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Inês, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antônio do Caiuá, Santo Inácio, São João do Caiuá, São Jorge do Patrocínio, São Pedro do Paraná, Tapejara, Tapira, Terra Rica, Umuarama, Uniflor, Xambré.

A mudança na metodologia, primeira em 20 anos, resulta na apresentação em níveis de risco climático mais detalhado. A novidade permite que os produtores rurais, agentes financeiros, seguradoras e o próprio governo federal tenham a gestão do risco climático mais confiável nas suas decisões.

A metodologia anterior considerava que o melhor período de plantio era com ocorrência de 20% de risco de perda significativa da safra e 80% de sucesso. Na nova metodologia, além do percentual de 20%, o menor nível de risco apurado, foram acrescentados os níveis de maior risco para o resultado da produção, de 30% e de 40%.

A portaria 230, de 8 de dezembro de 2016, que estabeleceu o ZARC para o milho de segunda safra, informa que de acordo com o levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), de novembro de 2016, o Paraná deverá produzir 11,7 milhões de toneladas de milho na segunda safra 2016/2017. Objetivou-se, com o zoneamento agrícola, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do milho segunda safra no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%. Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando-se as seguintes variáveis: precipitação pluviométrica, evapotranspiração potencial, ciclos e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos. As áreas de risco e definição dos períodos e respectivos níveis de risco para a semeadura do milho segunda safra foi realizado para todo o Brasil.

Compreenda o ZARC

O ZARC é um instrumento de política agrícola e gestão de riscos na agricultura. O estudo é elaborado com o objetivo de minimizar os riscos relacionados aos fenômenos climáticos e permite a cada município identificar a melhor época de plantio das culturas, nos diferentes tipos de solo e ciclos de cultivares.

São analisados os parâmetros de clima, solo e de ciclos de cultivares, a partir de uma metodologia validada pela Embrapa e adotada pelo Mapa. São quantificados os riscos climáticos envolvidos na condução das lavouras que podem ocasionar perdas na produção. Esse estudo resulta na relação de municípios indicados ao plantio de determinadas culturas, com seus respectivos calendários de plantio, e agora, com os períodos de maior ou menor probabilidade de risco de perdas.

O ZARC foi usado pela primeira vez na safra 1996 para a cultura do trigo e é publicado na forma de portaria, no Diário Oficial da União e no site do ministério. Atualmente, os estudos de ZARC já contemplam 44 culturas,

Para fazer jus ao Proagro, ao Proagro Mais e à subvenção federal ao prêmio do seguro rural, o produtor deve observar as recomendações desse pacote tecnológico. Além disso, alguns agentes financeiros já estão condicionando a concessão do crédito rural ao uso do zoneamento.

As portarias de ZARC são divulgadas anualmente no Diário Oficial da União para a vigência na safra indicada. Nelas é possível encontrar um resumo do estudo, a lista de cultivares indicadas para cada região e a relação de municípios com os respectivos calendários de plantio.





Constam os seguintes itens de cada portaria:

- **Nota técnica:** apresenta resumidamente a metodologia do zoneamento para cada cultura na região.
- **Tipos de solos:** os solos são agrupados em três categorias quanto à capacidade de retenção de água: arenoso (Tipo 1); textura média (Tipo 2); e argiloso (Tipo 3), conforme disposto na Instrução Normativa nº 2, de 09 de outubro de 2008.
- **Tabela de períodos de plantio:** indica a época para o início da semeadura por decêndios (períodos de dez dias). De 1º a 10 de janeiro é o primeiro decêndio. De 11 a 20 de janeiro, o segundo. E assim sucedem-se os decênios até o último do ano (o “período 36”, de 21 a 31 de dezembro).
- **Cultivares indicadas:** no caso de culturas anuais são listadas todas cultivares indicadas pelos produtores de sementes, reunidas em grupos com características homogêneas. Todas as cultivares devem estar inscritas no Registro Nacional de Cultivares (RNC).
- **Tabela de municípios:** relação das cidades indicadas para o plantio da cultura no Estado a que se refere a portaria. Nas colunas seguintes são indicados os períodos de plantio

(início e fim) para cada município, por tipo de solo e por grupo de cultivar.

- **Riscos e períodos de semeaduras para cultivares:** indica os períodos de semeaduras para as cultivares nos diferentes tipos de solo conforme a probabilidade dos riscos de 20%, 30% ou 40% de perda da safra.

Onde acessar as portarias do ZARC para todas as culturas

A portaria 230, de 8 de dezembro de 2016, estabeleceu o ZARC para o milho de segunda safra no Paraná. As portarias de todas as culturas amparadas pelo ZARC estão disponíveis no site do Mapa.

Para acessar o ZARC para o Paraná ou outras Unidades da Federação, no site do Mapa o caminho é:

www.agricultura.gov.br > na aba superior do site clicar em: políticas agrícolas > zoneamento agrícola > portaria segmentadas por UF: <http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/zoneamento-agricola/portarias-segmentadas-por-uf>

Tabelas exemplificando algumas mudanças no período de semeadura

A tabela abaixo é do período de semeadura por decêndio. Nas portarias, cada município consta com informações do grupo de cultivares, solo, risco e período de semeadura separada por decêndio, períodos de 10 dias. No caso do milho de segunda safra no Paraná, o período global começa em 1º de janeiro e termina em 20 de março, que corresponde a 8 decêndios.

Tabela de período de semeadura (Decêndios)

PERÍODO	1	2	3	4	5	6	7	8
DATA	1 a 10	11 a 20	21 a 31	1 a 10	11 a 20	21 a 29	1 a 10	11 a 20
MESES	Janeiro			Fevereiro			Março	

Exemplo de município incluso no ZARC e respectivos períodos de plantios e riscos

Município de Altônia - Grupo I - Solo 2 - Riscos e períodos de semeadura

RISCO	40%	40%	30%	30%	20%	20%	20%
DATA	1 a 10	11 a 20	21 a 31	1 a 10	11 a 20	21 a 29	1 a 10
MESES	Janeiro			Fevereiro			Março

Exemplo de município que reduziu o período de semeadura com risco 20% no Grupo I de cultivares, solo 2, em comparação com a safra anterior

Maringá ANTES - Grupo I - Solo 2 - Riscos e períodos de semeadura

RISCO	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%
DATA	1 a 10	11 a 20	21 a 31	1 a 10	11 a 20	21 a 29	1 a 10	11 a 20
MESES	Janeiro			Fevereiro			Março	

Maringá NOVO ZARC - Grupo I - Solo 2 - Riscos e períodos de semeadura

RISCO	30%	30%	30%	30%	30%	30%	20%	20%
DATA	1 a 10	11 a 20	21 a 31	1 a 10	11 a 20	21 a 29	1 a 10	11 a 20
MESES	Janeiro			Fevereiro			Março	

Vale ressaltar que em muitos municípios do Paraná foi reduzido o período de plantio com o percentual de risco de 20%, denotando que o risco de plantar em alguns períodos estavam subestimados no ZARC de safras anteriores. Com as mudanças, o produtor deverá ficar alerta com os melhores períodos de plantio no seu município, que depende do tipo de solo e da variedade de cultivar. No Paraná, o período global de plantio continua entre o primeiro ao oitavo decêndio, ou seja, de 1º de janeiro a 20 de março, variando dentro desse período conforme cada município.



Zoneamento para cevada e consórcio de milho com braquiária

O Mapa publicou no Diário Oficial da União (DOU), de 6 de dezembro de 2016, as portarias estabelecendo as recomendações para o ZARC do milho consorciado com braquiária e da cevada para o Paraná. O produtor deve ficar atento ao período de plantio indicado, cultivares aprovadas e tipos de solo estabelecidos nas recomendações do ZARC no seu município para ter acesso ao crédito, seguro e Proagro. A Portaria nº 207/2016 do Mapa aprova o ZARC para a cultura de cevada de sequeiro no Paraná, ano-safra 2016/2017. O período de plantio no Paraná é de 11 de maio a 10 de julho e as janelas de plantio variam em cada município conforme especificadas nessa portaria.

Já a Portaria nº 219/2016 aprovou o ZARC para a cultura de milho consorciado com braquiária no Paraná, ano-safra 2016/2017. No Estado o plantio consorciado de braquiária com o milho vem

sendo utilizado, predominantemente, no cultivo do milho segunda safra (safrinha), com período de plantio de 1º de janeiro a 10 de março e as janelas de plantio variam em cada município conforme especificadas nessa portaria. Vale ressaltar que o ZARC dessas culturas foi estabelecido com base na metodologia com risco de 20% e probabilidade de sucesso de 80%. A FAEP está solicitando ao Mapa que inclua nos próximos estudos do ZARC as demais culturas, além do milho de segunda safra.

Recomendações da FAEP

A FAEP recomenda aos produtores e assistentes técnicos que observem as recomendações do ZARC para acessar o crédito, seguro rural e Proagro. Como se trata de mudança em período de transição, pois as contratações de crédito e seguro começaram em novembro, é importante que o produtor que ainda vai contratar crédito, seguro ou Proagro faça o contato com o seu gerente



nos agentes financeiros e com os corretores ou seguradoras para saber a política que cada instituição adotará com o novo ZARC. Isso porque nem todas as seguradoras terão tempo de alterar suas normas para aceitar os períodos de maior risco de plantio (30% e 40%) e também porque devem sair novas regras para o Proagro em final de janeiro.

Seguro Rural

Neste momento, a informação de mercado é de que algumas seguradoras vão continuar contratando normalmente o seguro para milho de segunda safra, não fazendo nenhuma restrição quanto ao período de plantio e nem criando alguma majoração de prêmio (taxa) ou de franquia no pagamento de eventuais sinistros.

As outras seguradoras estão estudando também as medidas, mas algumas delas já sinalizam que na atual safra do milho de segunda safra vão operar apenas com seguro rural para o período

de menor risco (20%), mas o produtor deve contatar o corretor, seguradora ou banco para saber a política adotada.

PROAGRO

Em relação ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), de responsabilidade do Banco Central do Brasil (Bacen), a definição de novas regras quanto ao novo ZARC deve sair em meados ou final de janeiro, na primeira reunião do Conselho Monetário Nacional (geralmente última quinta-feira do mês).

O produtor que contratar Proagro em dezembro e janeiro antes da edição de novas regras terá o direito de plantar o milho de segunda safra conforme a nova metodologia em todos os períodos previstos para os riscos de 20%, 30% ou 40%, sem nenhuma restrição de franquia ou aumento de adicional (taxa). Antes de contratar o Proagro, recomenda-se que o produtor se informe com o seu gerente sobre as condições de adesão ao programa.

As pistas estão no agronegócio

Sinais de recuperação, ainda escassos em outros setores, aparecem bem mais claramente na atividade do campo

Editorial O Estado de S.Paulo / 12 Dezembro 2016



A melhora da economia brasileira em 2017, depois de dois anos de recessão, pode começar pelo campo, com uma safra de grãos de 213,1 milhões de toneladas – se o tempo, como se espera, for favorável. Sinais de recuperação, ainda escassos em outros setores, aparecem bem mais claramente na atividade do campo. Se as previsões se confirmarem, os produtores, com mais dinheiro, poderão dar um bom impulso aos negócios, inicialmente no interior e depois em toda a cadeia de circulação de bens e serviços. Além disso, a maior oferta de alimentos e matérias-primas garantirá preços mais estáveis e previsíveis, mas esse efeito dependerá também do desempenho de outros tipos de lavouras e da pecuária. A colheita prevista para a safra 2016-2017 será 14,2% maior que a da temporada anterior, pelos números da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), subordinada ao Ministério da Agricultura. Esse aumento compensará com alguma folga o recuo

do ano anterior, quando a produção, de 186,6 milhões de toneladas, prejudicada pelas condições do tempo, foi 10,6% menor que a de 2014-2015.

Aumentar a eficiência da economia nacional será um dos principais desafios para os governantes nos próximos anos. Também o agronegócio precisará de mais investimentos, mas o setor já se distingue há muito tempo como o mais competitivo do Brasil. Em 2016, como ocorre há um bom tempo, as exportações de alimentos e outros produtos originários do campo têm sido o pilar mais importante do comércio exterior.

De janeiro a outubro, o agronegócio embarcou mercadorias no valor de US\$ 73,1 bilhões. Embora o valor tenha sido 2,2% menor que o de um ano antes, o desempenho foi suficiente para garantir um superávit de US\$ 62,1 bilhões. Isso foi mais que suficiente para cobrir o déficit acumulado em outros segmentos e

ainda garantir ao país um saldo positivo de US\$ 38,5 bilhões. Houve sem dúvida alguma contribuição do setor de manufaturas para a recuperação da balança comercial, mas o agronegócio continuou no papel principal.

Para remontar a política nacional de desenvolvimento, os governantes deveriam refletir mais seriamente sobre o desempenho, no último quarto de século, da agropecuária e da indústria vinculada ao campo. Nesse período a produção aumentou bem mais que a área ocupada pela agropecuária. Ao mesmo tempo, o setor se consolidou como um dos mais competitivos do mundo. No entanto, a agropecuária brasileira é uma das menos subsidiadas, e a diferença se torna muito clara quando a comparação envolve o mundo rico.

Os números têm variado ano a ano, mas, pelos últimos levantamentos, os subsídios agrícolas proporcionam, em média, 17% da renda do produtor, em todo o mundo. As proporções têm estado entre 20% a 25% na União Europeia e na China e em torno de 12% nos Estados Unidos. No Brasil, têm ficado próximos de 5%.

Recursos naturais são parte da explicação, mas a pesquisa

e a absorção de tecnologia têm sido os principais fatores de aumento da eficiência no campo brasileiro. É indispensável manter o esforço de modernização, mas o caminho é conhecido. O governo petista chegou a tentar o aparelhamento e a politização da pesquisa, mas houve resistência e pelo menos nessa área a manobra foi de curto alcance.

Mais empenhado em acompanhar os melhores padrões internacionais, o agronegócio tem avançado com limitada ajuda oficial – crédito apenas suficiente, preços mínimos e grande contribuição dos organismos de pesquisa. Na indústria, a interferência governamental, com protecionismo e ampla distribuição de favores, foi insuficiente para produzir inovação e ganhos de competitividade. O governo pode, é claro, fazer mais pelo agronegócio. Uma das tarefas urgentes é promover investimentos em logística. Neste ano, a Confederação Nacional dos Transportes classificou como inadequados 58,2% dos trechos de rodovias examinados em sua pesquisa periódica. Cuidar de problemas como esse rende muito mais que distribuir favores fiscais e financeiros, como fez o PT durante anos.

NOTA

Produtores goianos conhecem Conceleite-PR

No último dia 13 de dezembro, um grupo de três produtores de leite e representantes da Federação da Agricultura de Goiás (FAEG) participou da reunião do Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná (Conceleite-PR), na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, em Curitiba. O objetivo foi conhecer o modelo e a atuação do Conceleite na atividade leiteira do Paraná, uma vez que o Estado de Goiás ainda não possui nenhuma ferramenta semelhante no setor. “O Conselho é um importante instrumento de proteção para o produtor rural e nós queremos implantá-lo no nosso Estado”, afirmou o produtor Antônio da Silva Pinto, presidente da Comissão de Pecuária Leiteira da FAEG.

Hoje, Goiás ocupa quinta posição na produção de leite em todo o país, com o volume de 2,5 milhões de litros em 2015, segundo dados do Instituto Brasileiro



de Geografia e Estatística (IBGE). A atividade concentra em torno de 65 mil produtores goianos.

O que esperar do agronegócio em 2017?

Material elaborado pela CNA traça tendências para a agropecuária



Previsões do futuro são sempre arriscadas, mas quando estão balizadas em dados concretos e análises especializadas, tornam-se uma importante ferramenta para planejar os próximos passos de uma empresa ou de uma propriedade rural.

Pensando nisso, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) divulgou o balanço da atividade agropecuária no ano de 2016 e as perspectivas para 2017, no último dia 06 de dezembro.

O ano foi marcado por instabilidade política e imensas dificuldades econômicas, como inflação, desemprego, aumento dos gastos públicos e encolhimento da economia como um todo. A esses desafios, o agronegócio respondeu com trabalho e produtividade. Apesar do fenômeno *El Niño* ter derrubado a safra nacional de grãos para o menor volume em seis anos, o setor mostra indícios de recuperação e se prepara para colher, em 2017, uma safra recorde. Segundo a confederação, em 2016 o Paraná foi o Estado que apresentou a menor quebra na produção de grãos em relação ao ano anterior: apenas 5%.

A projeção da CNA é que o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio deva crescer 2% em 2017, enquanto o desempenho estimado para a economia é de expansão de 1,1%. Segundo a entidade, essa estimativa reflete a expectativa de uma boa safra e câmbio favorável, que devem influenciar positivamente os setores de insumos e produção primária. Esse crescimento só não será maior por conta do baixo desempenho da agroindústria esperado para o próximo ano.

No que se refere ao Valor Bruto de Produção (VBP) do setor agropecuário, a CNA observa que o cenário econômico internacional será o grande balizador dos preços das principais commodities agrícolas em 2017. Com estoques mundiais em relativa normalidade e juros baixos nas economias desenvolvidas gerando especulação financeira em todo mundo, as inversões de capital externo não deverão ser aplicadas na produção e comercialização de produtos agropecuários. Com isso, a previsão é que o VBP brasileiro atinja R\$ 554,2 bilhões em 2017, um crescimento de 2,3% em relação a 2016.

De acordo com a CNA, o crescimento do VBP deverá ser puxado pela agricultura, cuja expectativa para 2017 é de um faturamento de R\$ 354,9 bilhões (3,4% a mais que em 2016). Para a pecuária, a projeção é de uma receita de R\$ 199,2 bilhões (0,4% maior em relação a este ano). As culturas que mais deverão contribuir para o aumento do VBP são o feijão, que deverá ter alta de 19,8% no faturamento, por conta do aumento da produtividade e da área plantada; algodão (alta de 15,1%); arroz (alta de 13,8%); milho, alta de 7,6% em decorrência de maior produtividade e área plantada; frango (7,3%); laranja (7%) e soja, que deverá aumentar o faturamento em 4,9%. Apesar da queda nas cotações da oleaginosa por conta das boas safras dos EUA e da Argentina, no Brasil é esperada uma safra recorde de 104 milhões de toneladas na temporada 2016/17.

Do outro lado, a CNA prevê queda no VBP do trigo, cujo faturamento deve encolher 17,6%, fruto da queda nos preços do grão; do cacau (queda de 11,1%); do café, queda de 6% por conta de quebra na produção de 11,4%; leite (queda de 4,6%) e carne bovina, cujo faturamento deve cair 0,5% como efeito da crise econômica que está levando o consumidor brasileiro a substituir a carne de boi pelo frango e pelo suíno.

Soja



A CNA estima que a produção mundial de soja fique em 336 milhões de toneladas, volume 6,5% superior ao da safra passada. Os Estados Unidos, maior produtor mundial, teve boas condições climáticas e espera colher uma safra recorde. Na América do Sul, houve expansão da área plantada no Brasil e no Paraguai e redução de área na Argentina. Mesmo com a expectativa de safra cheia nos principais países produtores, os preços têm se mantido acima de US\$ 9,50 o bushel.

Milho



A produção mundial de milho deverá ser recorde na safra 2016/17 atingindo 1,023 bilhão de toneladas. Condições climáticas favoráveis e um aumento de área de 7,2% fazem com que os EUA mantenha a posição de principal produtor. No Brasil e na Argentina, houve aumento na área plantada e há expectativa de que o fenômeno *La Niña* favoreça a produtividade nas lavouras. A China, segundo maior produtor mundial, reduziu a área plantada em 5,6%. A União Europeia também irá reduzir a área destinada ao grão.

A área destinada ao milho verão no Brasil aumentou 4% nesta temporada, com isso, a produção estimada é de 27,7 milhões de toneladas contra 25,9 milhões de ton da safra anterior. Para o milho safrinha, a estimativa é que seja plantada a mesma área do ano passado. A expectativa de produção recorde faz com que as cotações de milho no mercado internacional – que já estão abaixo de US\$ 4,00 o bushel – baixem ainda mais no mercado interno.

Frango



A produção de frangos no Brasil continuará crescendo uma média de 5% ao ano, atingindo em 2017, 14 milhões de toneladas. O país firma sua posição como segundo maior produtor mundial de frango, à frente da China e atrás dos EUA.

A CNA estima que as exportações brasileiras devam crescer 5% no próximo ano, puxadas pela demanda dos países do Oriente Médio e da Ásia. No mercado doméstico, a procura por carne de frango e ovos continuará aquecida por conta da crise econômica, que leva o consumidor brasileiro a buscar fontes de proteína animal mais baratas.

AAJ - formando mão de obra qualificada



Turma do AAJ de Paranacity reforma trator abandonado modelo Landini L25, de 1957

A turma da unidade de Paranacity, do Programa Aprendizagem de Adolescentes e Jovens (AAJ) recebeu um desafio: reformar um trator do modelo Landini L25, de 1957. O veículo estava abandonado como sucata e veio como solução para envolver e motivar os jovens no entendimento dos conteúdos teóricos da capacitação.

Durante o processo de reforma do trator, os alunos conheceram a mecânica básica específica do modelo do trator utilizado e colocaram a mão na massa usando lixadeira elétrica, preparando peças para pintura, entre outras atividades práticas que os envolveu num trabalho coletivo. “Num momento em que os jovens necessitam de orientação profissional, gerar essa oportunidade para os aprendizes é muito gratificante principalmente pelo fato da busca de um ideal comum que foi a finalização do trator”, explica o instrutor Márcio Vessoni, que orientou o grupo.

Ele conta que a proposta nasceu após discussões e a troca de ideias entre os instrutores e os gestores sobre as limitações e dificuldades de se obter maior comprometimento dos jovens do AAJ com

relação aos conteúdos e temas abordados. “Foi quando o gerente agrícola desafiou os aprendizes na reforma do trator”, diz Vessoni.

O veículo em estado de sucata estava abandonado em uma propriedade do Grupo Santa Terezinha se tornou a matéria-prima que faltava como forma criativa de atender ao objetivo do AAJ de oferecer oportunidades aos jovens e prepará-los para o mercado de trabalho. “A mão de obra é um grande problema na região e o curso mudou a nossa realidade. Através do conteúdo do programa, o jovem sai capacitado e a maioria é contratada pela nossa empresa”, avalia o diretor-executivo Álvaro Meneguetti, da unidade de Paranacity, região Noroeste do Paraná.

Segundo ele, ao longo desses anos, 117 jovens concluíram o AAJ na unidade, sendo que 70% deles continuaram trabalhando na empresa como aconteceu, há seis anos, com Ana Gleice Gonçalves Rosa Coelho Andrade, 23 anos. Após concluir o AAJ na unidade, ela foi contratada como soldadora júnior. De lá para cá, Ana se tornou a soldadora sênior e pretende fazer carreira na área. “O curso foi deci-



Iguatemi



Tapejara

sivo na minha vida profissional e tenho planos de crescer dentro da empresa”, revela Ana Gleice.

Os 10 alunos de Paranacity se formaram no dia 17 de novembro, no Sindicato Rural do município. Somado aos municípios de Pató Branco, Tapejara, Florestópolis e Colorado foram nove turmas do AAJ que se formaram este ano.

O jovem Rafael Venâncio da Costa iniciou sua carreira profissional graças ao curso, realizado em 2012 na unidade de Tapejara. Ele foi contratado ao término do curso como mecânico C na área de manutenção de colhedoras. Seis meses depois começou a trabalhar na caldearia e, atualmente ocupa o cargo de mecânico no setor de máquinas e veículos. Ele não esquece o início de sua trajetória: “Antes do curso não sabia nem o que era paquímetro (um equipamento usado para medir com precisão as dimensões de pequenos objetos)”. Hoje, Rafael está cursando o segundo ano de engenharia-mecânica na Universidade Paranaense (Unipar), em Umuarama. “O AAJ certamente teve um papel decisivo na minha trajetória profissional. Além disso, aproveitei todas as oportunidades que a usina me ofereceu”, avalia o jovem.

Ao longo deste ano, 162 jovens divididos em 11 turmas participaram dos cursos de Mecânica, Mecanização e Avicultura em todo o Estado.

“O AAJ além de formar profissionais para área de manutenção mecânica, trabalha durante o ano com alguns projetos, sendo eles empreendedorismo, meio ambiente e desenvolvimento comportamental e incentivo aos estudos, frequência e desempenho escolar para os jovens que ainda estão cursando o segundo grau”, explica o Chefe de Treinamento, Laércio de Oliveira Silva.



Colorado

Olimpíada

Durante o ano os jovens do AAJ participam da Olimpíada de Matemática e Português do SENAR-PR. Após participar das várias atividades e avaliações realizadas durante o ano, e ser classificado para a avaliação final em Curitiba, o jovem Igor Mateus Mariano Dutra, aluno da unidade de Tapejara, conquistou o 1º. lugar em Português.



Custo de Produção na Suinocultura

Por Nordon Rodrigo Stejduk, médico veterinário do DTE da FAEP



Há oito anos a FAEP realiza o levantamento do custo de produção da suinocultura. Na metodologia utilizada, os índices zootécnicos e financeiros que compõem o custo são atualizados semestralmente em painéis com a participação de suinocultores, técnicos das agroindústrias e cooperativas, representantes das empresas de equipamentos e representantes de instituições financeiras.

No último levantamento, realizado em novembro, foram estudados 17 sistemas produtivos em três regiões expressivas da suinocultura paranaense (Campos Gerais, Oeste e Sudoeste).

Regiões Participantes do Estudo

SISTEMAS PRODUTIVOS	CAMPOS GERAIS	OESTE	SUDOESTE
UPD		X	X
CRECHEIRO COMPRA E VENDA		X	
CRECHEIRO - COMODATO		X	
UPL	X	X	X
CC	X	X	X
UPT	X	X	
COMODATO - UPL	X	X	X
COMODATO - UPD		X	X

Conceitos utilizados do estudo

- **UPL:** Unidade de produção de leitões até a saída da creche.
- **UPD:** Unidade de produção de leitões até o desmame.
- **CRECHEIRO:** Unidade que recebe os leitões da UPD e cria até a terminação (UPT).
- **UPT:** Unidade que recebe os leitões de uma UPL ou crecheiro e executa as fases de crescimento e terminação de suínos para o abate.
- **CICLO COMPLETO:** Unidade que executa todas as fases da criação, desde a produção de leitões até a terminação de suínos para o abate.
- **COMODATO:** Sistema de produção integrado onde a empresa integradora ou cooperativa fornece ao produtor integrado, sem custos, os animais, alimentação, produtos veterinários e assistência técnica. Neste sistema, o suinocultor fica fiel depositário de bens fornecidos pela empresa, em especial por matrizes e reprodutores, e deve cuidá-los e utilizá-los como se fossem de sua propriedade.
- **CUSTO VARIÁVEL:** Os custos variáveis são aqueles que variam de acordo com o nível de produção da atividade. São os desembolsos diretos do suinocultor. É o item de maior impacto na formação do custo de produção. São custos variáveis as despesas com alimentação, mão de obra, gastos veterinários, gastos com transporte, despesas com energia e combustíveis, despesas com manutenção e conservação, funrural e despesas eventuais.
- **CUSTO OPERACIONAL:** São os custos variáveis somados as depreciações das instalações, equipamentos e cercas. A depre-



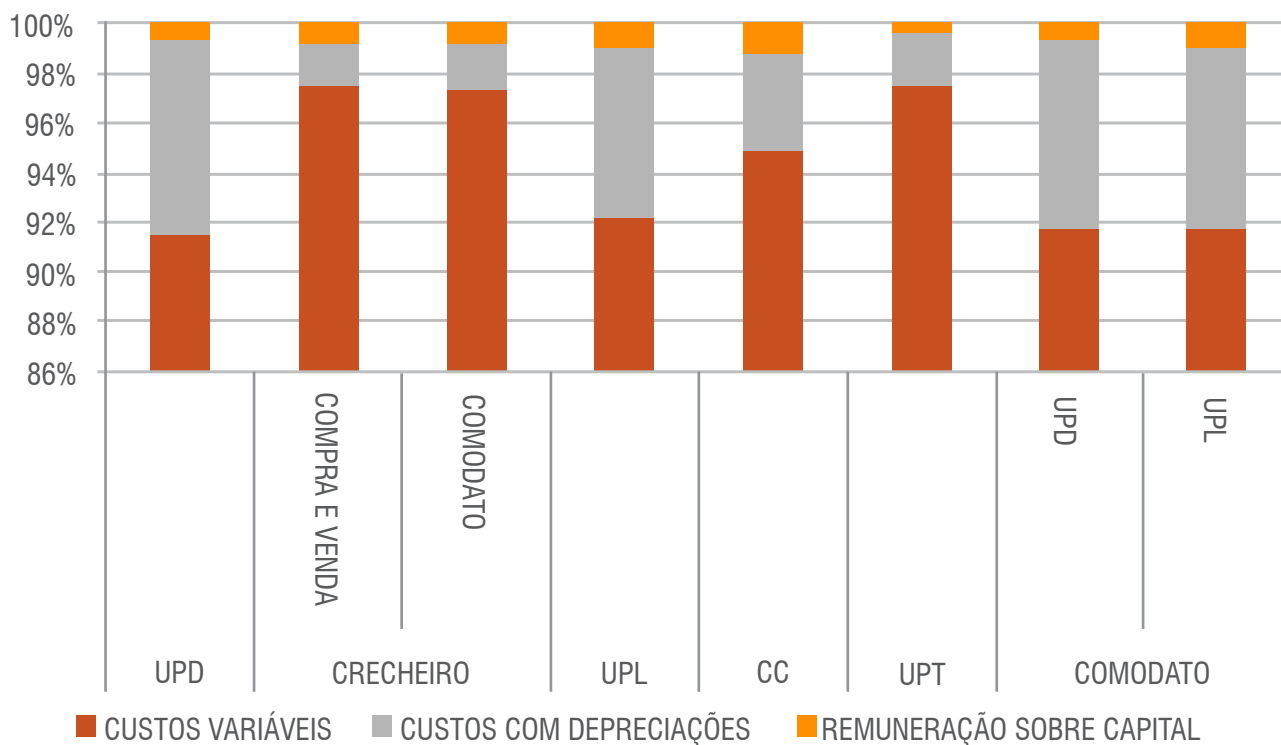
ciação é a redução do valor do bem pela utilização, ou seja, valor necessário para a reposição deste bem ao fim da sua vida útil.

- **CUSTO TOTAL:** é a soma dos custos variáveis, do custo operacional e da remuneração sobre o capital investido em instalações, equipamentos, reprodutores e capital de giro.

Composição do Custo de Produção

Participam na composição do custo de produção os custos variáveis, o custo das depreciações e a remuneração sobre o capital. Em média a composição do custo não teve grandes alterações em relação ao levantamento de abril.

Composição do custo total nos sistemas produtivos da suinocultura



O custo variável tem o maior impacto sobre o custo total entre os sistemas estudados. Na creche e na terminação (UPT), o custo variável representa em média 97% do custo total de produção, enquanto na produção de leitões (UPL e UPD) essa participação é de 91%.

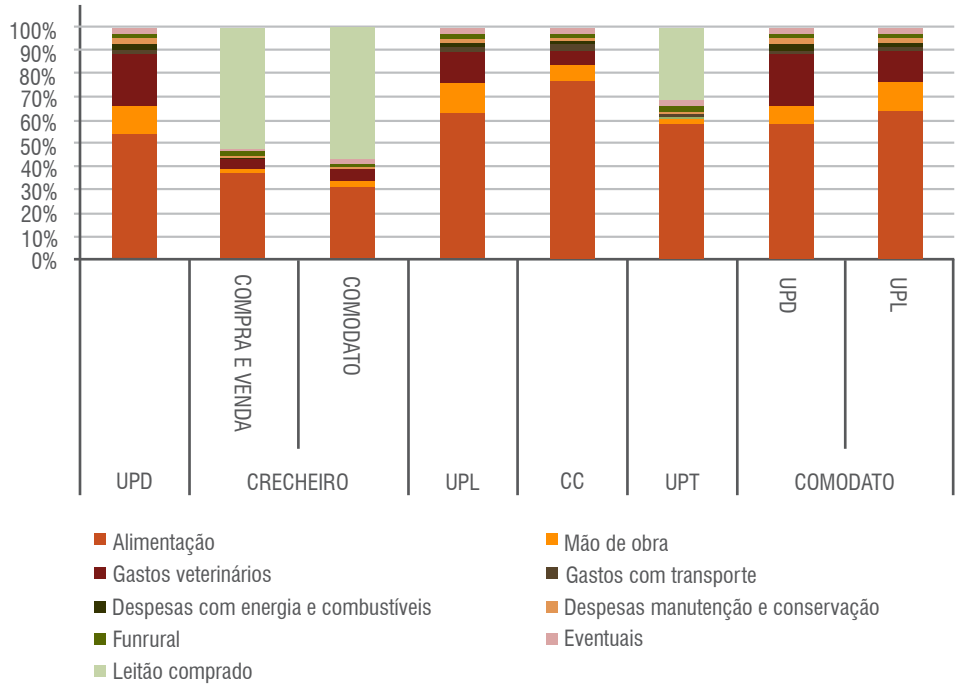
Os custos com depreciações são mais expressivos na produção de leitões desmamados (UPD), onde representam 7,2% do custo total e menores na creche, representando apenas 1,7% do custo total.

A remuneração sobre o capital representa 0,4% do custo total na terminação (UPT) e 1,2% no ciclo completo. Na remuneração do capital foi considerado o juro de poupança (6% a.a.) sobre o capital investido em instalações, equipamentos, reprodutores e capital de giro.

Os custos variáveis representam os desembolsos necessários para a produção e a manutenção da atividade. Na composição desses custos, a alimentação é o insumo de maior peso em seis dos oito sistemas produtivos avaliados. No ciclo completo a alimentação representa 77% dos custos

variáveis. Em relação a abril, o custo da alimentação aumentou cerca de 10% em novembro. Na creche, as despesas com alimentação são inferiores ao custo de aquisição do leitão, que representa mais de 50% dos custos variáveis.

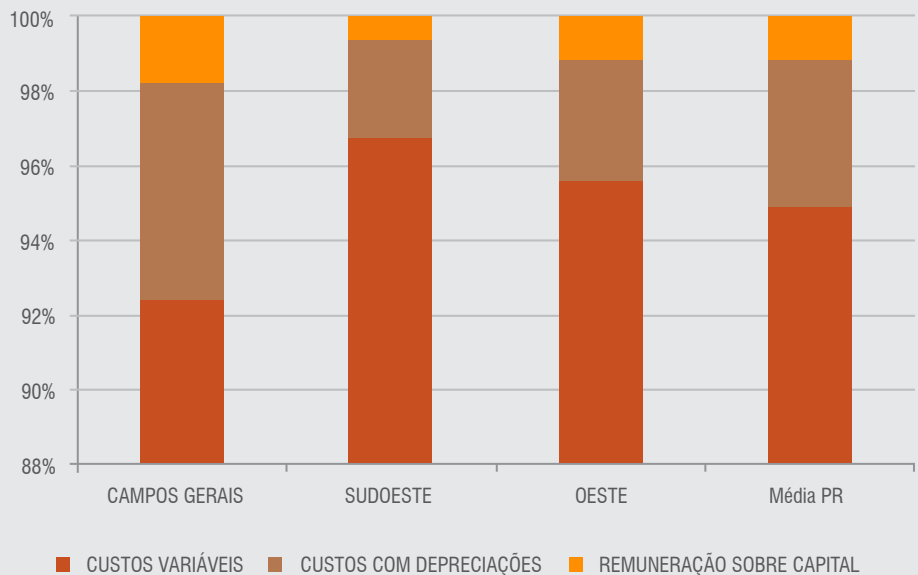
Composição do custo variável nos sistemas produtivos da suinocultura



No ciclo completo, os custos variáveis representam, em média, 95% do custo total dos sistemas produtivos no estado. Nas regiões Oeste e Sudoeste a representatividade dos custos variáveis no custo total são superiores à média estadual.

O ciclo completo nos Campos Gerais tem o custo total de produção 14,4% inferior as demais regiões, influenciado pelo peso de venda 15% superior e pelo maior número de suínos terminados por matriz anualmente, de 17%. A região Sudoeste apresenta custo com alimentação no ciclo completo 10% inferior as demais regiões.

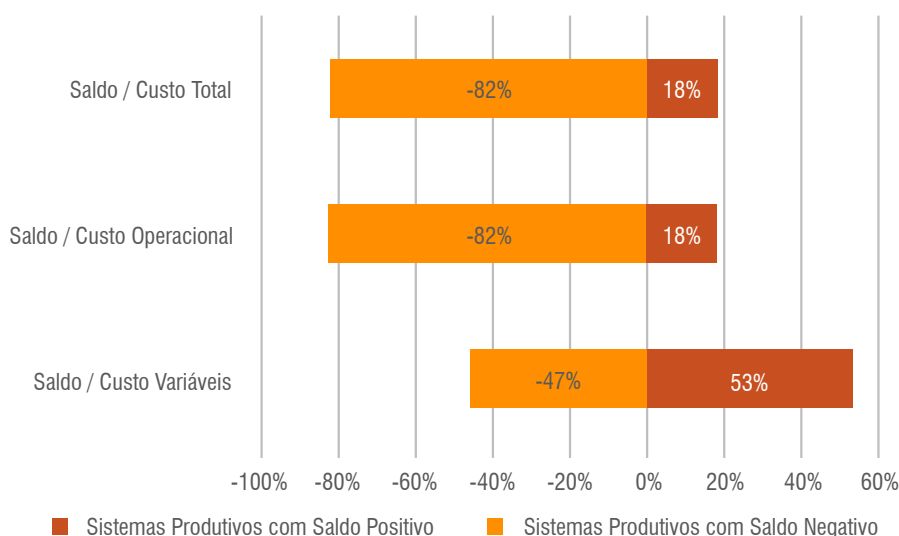
Composição do custo de produção - ciclo completo



Resultados

Os resultados do último levantamento do custo de produção indicam que a crise de rentabilidade enfrentada pela suinocultura persiste. Em 47% dos sistemas produtivos estudados o saldo foi negativo sobre os custos variáveis, ou seja, a remuneração pelo suíno foi inferior ao custo de manutenção da atividade com alimentação, mão de obra, gastos veterinários etc. Atualmente, a maioria dos sistemas produtivos da suinocultura, 82%, apresenta saldo negativo sobre o custo operacional e custo total.

Distribuição do percentual de sistemas produtivos conforme os resultados do levantamento dos custos de produção em novembro de 2016



Contudo, 53% dos sistemas produtivos mostram sinais de recuperação, no mês de novembro, com saldo positivo sobre os custos variáveis. Em abril, esse número era de apenas 29%.

No ciclo completo, todos os sistemas ficaram com saldo negativo sobre os custos variáveis. Desde o último levantamento, realizado em abril, os custos variáveis subiram 11% neste sistema produtivo, influenciado pela elevação no custo com a alimentação.

A produção de leitões desmamados (UPD) no Sudoeste apresentou saldo positivo sobre os custos variáveis e negativo sobre custo operacional e custo total. Na região Oeste o custo com alimentação foi 25% superior, elevando o custo total em 5,4% sobre o Sudoeste, negativando o saldo sobre os custos variáveis.

A recria de leitões na creche, na região Oeste, é realizada sobre os sistemas de comodato e compra e venda. No comodato o saldo sobre os custos operacional e total foi positivo considerando a remuneração por animal, influenciado pela bonificação de 8% sobre o preço do leitão e pelo custo total 8,5% inferior.

Na UPL, o saldo sobre os custos variáveis foi positivo apenas na região dos Campos Gerais. Nas três regiões o saldo foi negativo sobre o custo operacional e custo total. O custo total do leitão na região Oeste foi 20% superior aos Campos Gerais, influenciado pelo custo com a alimentação 27% superior. O peso de venda e o número de leitões desmamados por matriz, anualmente, foi 8% inferior no Oeste.

A terminação de suínos (UPT) teve saldo positivo sobre o custo total na região Oeste. O suíno terminado na região Oeste teve peso de venda 11% superior e custo total 2% inferior aos Campos Gerais, onde o saldo foi positivo apenas sobre os custos variáveis.

A produção de leitões desmamados (UPD) em comodato teve saldo positivo sobre o custo total nas regiões Oeste e Sudoeste. A produção de leitões (UPL) em comodato teve saldo positivo sobre os custos variáveis e negativo sobre o custo operacional e custo total, nas regiões estudadas. Assim, as receitas recebidas custeiam a atividade no curto prazo, mas limitam a recuperação das instalações e equipamentos no médio e longo prazo.

Diante desta situação, a suinocultura ainda enfrenta desafios. Segundo a Seab, o preço suíno vivo subiu 30% no estado, considerando o período de abril a novembro. No entanto, os resultados do estudo mostram que o custo de produção não teve reduções significativas.

Nessa situação, a pressão pela eficiência na produção e na gestão dos empreendimentos determinam a manutenção dos suinocultores na atividade.

O resultado com informações detalhadas do levantamento estão disponíveis no site do sistema FAEP/SENAR-PR (www.sistemafaep.org.br).

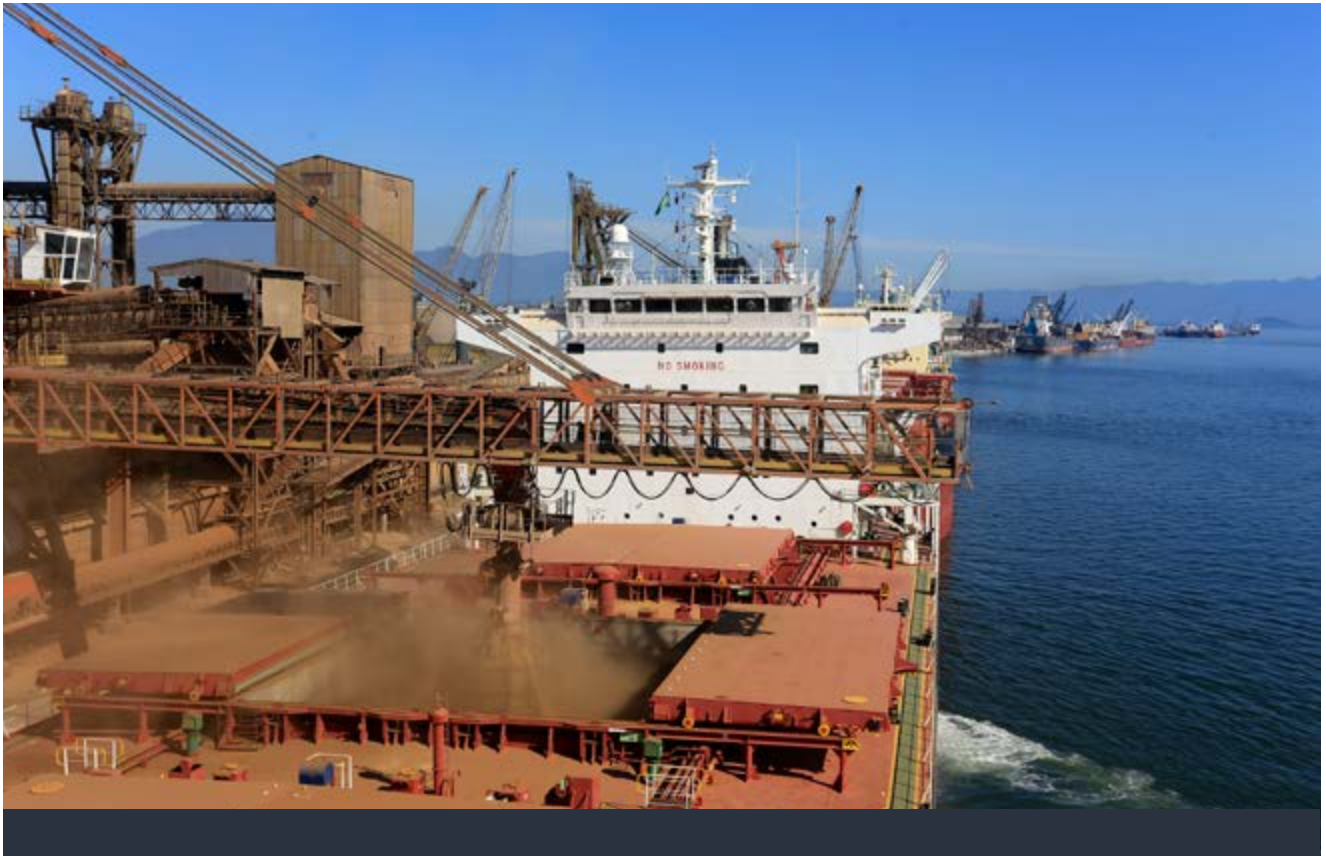


No mesmo período foi realizado o levantamento dos custos de produção de frangos de corte.

Os resultados e a análise completa estarão disponíveis no Boletim Informativo em 2017.

Os avanços do Porto de Paranaguá

Por Hemely Cardoso



Nos últimos 18 meses, o Porto de Paranaguá obteve 27 recordes de produtividade. Um deles foi o embarque de açúcar no berço 204, que ocorreu no dia 25 de novembro, quando foram carregadas 54,5 mil toneladas do produto em um único navio de bandeira grega, o Union Mariner, com destino a Cingapura. O volume é 6% superior ao patamar carregado com açúcar anteriormente no berço. O carregamento também bateu um recorde de produtividade do berço ao embarcar 40 mil toneladas do produto em um intervalo de 24 horas, operando a mais de 1,5 mil toneladas por hora. No total, o navio demorou 35 horas para ser carregado.

Hoje, o Porto de Paranaguá é segundo no Brasil no ranking de movimentação de açúcar, com uma média de 4,5 milhões de toneladas embarcadas por ano. De janeiro a outubro de 2016, foram exportadas 3,56 milhões de toneladas, 475 mil toneladas a mais na comparação com o mesmo período do ano passado.

Somadas as exportações de soja, milho, farelos e açúcar atingiram 17,5 milhões de toneladas no ano passado, segundo o “Panora-

ma de mercado das principais atividades da agropecuária paranaense”, estudo produzido pelos técnicos do Sistema FAEP/SENAR-PR. Desse volume, 8,5 milhão de toneladas foram de soja em grãos. “Essa movimentação vem aumentando anualmente, proporcionando recordes de volumes exportados e mantendo Paranaguá, ao longo dos últimos anos, como o segundo porto do país na exportação de commodities agrícolas. O principal destino dessas exportações é a China, seguida pela União Europeia”, explica o engenheiro-agrônomo Nilson Hanke Camargo, do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP. Entre janeiro e outubro deste ano, a soja em grão movimentou 7,720 milhões de toneladas.

No primeiro trimestre deste ano, o Porto de Paranaguá bateu o recorde de movimentação total de cargas, chegando a 11,18 milhões de toneladas, o que fez superar o recorde anterior registrado há dois anos, com 11,10 milhões de toneladas. No período de janeiro a outubro de 2016, a movimentação total de cargas atingiu 38,6 milhões de toneladas.

Recordes resultam de investimentos

Os números revelam a importância econômica do Porto e são resultados diretos de um pacote de investimentos em infraestrutura e logística na área portuária, após um período de mais de 25 anos sem investimento.

O engenheiro-agrônomo lembra que, no período de 2003 a 2010, a administração do Porto teve uma gestão tumultuada, prejudicando principalmente o agronegócio paranaense pelo papel fundamental que o porto tem para o escoamento da safra e a expansão do setor. “O cenário começou a mudar em 2012. Sob nova gestão, o Porto conseguiu reverter a situação, cumprindo rigorosamente as normas vigentes e alterando algumas, o que possibilitou preparar o porto para vários investimentos privados vitais ao desenvolvimento portuário a se realizarem a curtos e médios prazos”, observa Camargo.

Nos últimos cinco anos, o governo estadual e a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) investiram R\$ 511,9 milhões em melhorias, como, por exemplo, a aquisição de quatro novos shiploaders, substituindo equipamentos que vinham operando desde a década de 70. Os novos carregadores conseguem embarcar grãos com 33% mais agilidade que os antigos, aumentando a velocidade de embarque de 1,5 mil toneladas por hora para 2 mil toneladas por hora. Também foram adquiridos 10 novos guindastes, balanças para pesagem dos caminhões, tombadores e demais componentes para descarregar cargas, além de scanners para inspeção de cargas.

A nova estrutura aumentará a capacidade do Porto em 15 navios a mais por mês, com tempo médio de operação de 12 horas. Em 2015, o Porto de Paranaguá recebeu 123 navios destinados ao transporte de veículos, máquinas e equipamentos, com capacidade média para transportar de 3 a 5 mil veículos. “Fizemos a nossa lição de casa e hoje somos o único Porto no país 100% dragado. Realizamos as reformas dos berços de atracação, que foram concluídas no começo de 2016. Ao longo desses anos, realizamos uma série de melhorias e conseguimos elevar os padrões de movimentação no Porto de Paranaguá”, observa o diretor-presidente da Appa, Luiz Henrique Dividino.

Segundo ele, além dos investimentos públicos, a iniciativa privada já investiu mais de R\$ 1 bi-

lhão na infraestrutura do Porto nos últimos quatro anos. “Ao todo, estão previstos aportes de R\$ 5,1 bilhões em projetos portuários e de infraestrutura até 2030 no Paraná. A previsão é de investimentos de R\$ 1,4 bilhão em novos Terminais de Uso Privado, R\$ 1,2 bilhão em arrendamentos do Programa de Investimentos em Logística (PIL), R\$ 960 milhões em renovações antecipadas de áreas, R\$ 820 milhões em contratos de passagem e R\$ 700 milhões em rearrendamentos de áreas públicas ocupadas..

Nova estrutura

A estrutura terrestre para movimentação de embarque e desembarque de mercadorias possui 20 berços de atracação de navios, sendo três dedicados exclusivamente para grãos sólidos e dois semi-dedicados, um silo vertical com capacidade para 100 mil toneladas e um pátio de triagem de cargas para 1.500 caminhões, com diversos serviços gratuitos oferecidos aos caminhoneiros.

Nessa infraestrutura, o Porto possui quatro novos shiploaders recém-adquiridos para as instalações do porto público, que somam aos oito da área dos operadores privados. Além disso, no caso da movimentação de grãos sólidos, há elevadores e correias transportadoras de grãos e um sistema organizado de programação de atracação de navios.

No que se refere à exportação de produtos refrigerados, como aves, suínos e bovinos, o Porto dispõe de um terminal privado de movimentação de contêineres, considerado o mais moderno do Brasil. Em 2015, esse terminal movimentou o total de 1,9 milhões de toneladas em exportações.



Luiz Henrique Dividino, diretor-presidente da Appa

O potencial da cadeia de reciclagem animal

Atuando nos bastidores da indústria de carnes, setor tem importância econômica e ambiental

Por André Amorim



Tão tradicionais quanto os armazéns de secos e molhados, as graxarias estão presentes em praticamente todas as regiões do Estado. São aqueles estabelecimentos que recebem e processam os subprodutos de açougues, peixarias, frigoríficos de bovinos, aves e suínos, como carcaças de animais, penas, ossos, gordura e sangue.

Através de um processo que pode causar certo desconforto aos estômagos mais sensíveis, esses subprodutos são transformados em gorduras, como o sebo, e, em farinhas de diversos tipos (de carnes, ossos, sangue, penas, fígado e pulmão), que tem finalidades diversificadas nas indústrias de rações, produtos de beleza, adubos e até biocombustíveis.

No caso do biodiesel, por exemplo, no Brasil o sebo bovino já é a segunda principal matéria-prima, atrás somente do óleo de soja. Nesse cenário, esses tipos de coprodutos acabam ganhando importância econômica na cadeia de produção animal, chegando a

ser considerados por especialistas como a “salvação da lavoura” dos frigoríficos.

O zootecnista Felipe Reis, da Scot Consultoria, observa que, neste ano, a margem das indústrias de carne que não fazem desossa chegou próximo de zero de faturamento. “Se não aproveitassem (esses coprodutos) estariam no vermelho”.

De acordo com o II Diagnóstico da Reciclagem Animal Brasileira, produzido pela Associação Brasileira de Reciclagem Animal (Abra), a produção de sebo corresponde a 76,1% do total de gorduras animais. O óleo de vísceras vem em segundo lugar, com 23,3% e o óleo de peixe com 0,5%. Em 2014, dados mais recentes, foram processadas 1.483.473 de toneladas de sebo de mamíferos no Brasil.

Além das graxarias, que coletam e processam os subprodutos animais de outros estabelecimentos, hoje a maioria dos frigoríficos



Após o processo de saponificação, o sebo bovino se transforma na massa base para fabricação de sabonetes.

tem em suas estruturas uma unidade para reciclar os restos dos animais que não são aproveitados para o consumo humano. De acordo com o presidente do Sindicato das Indústrias de Carne e Derivados do Estado do Paraná (Sindicarnes), Péricles Salazar, a importância da receita obtida com esses coprodutos como sebo e farinhas é grande. “A carne paga – quando paga – o preço do boi, que é o custo variável. Os coprodutos cobrem os demais custos fixos das empresas, como funcionários, aluguel, energia”, afirma o dirigente.

Salazar explica que a margem dos frigoríficos é muito pequena “você ganha na quantidade”. Desta forma, em momentos em que a produção de gado no pasto se retrai, esse segmento se ressentir. O peso dos coprodutos animais nas contas varia de empresa para empresa. “Depende se abate com osso, se abate vaca”, avalia. De qualquer modo, essas partes consideradas “menos nobres” dos bovinos, podem fazer toda diferença entre operar no vermelho ou não.

Setor pujante

Para se ter ideia do tamanho deste mercado, segundo o relatório da Abra, em 2014 (dado mais recente disponível), o PIB do setor de reciclagem animal foi de R\$ 7,9 bilhões e o faturamento líquido neste período foi de R\$ 6,36 bilhões. O sebo é praticamente todo absorvido pelo mercado interno, enquanto as farinhas e outros produtos da reciclagem animal vão para exportação.

Em 2014, o Brasil processou cerca de 12,4 milhões de toneladas de coprodutos, gerando 5,3 milhões de toneladas de farinhas e óleos, cuja maior parte corresponde ao sebo bovino, segundo o relatório.

Entre 2010 e 2014, a produção de coprodutos não acompanhou o abate de animais, pois neste período houve um melhor aproveitamento das carcaças. De acordo com o presidente da

Abra, Clênio Gonçalves “com a abertura de mercados externos, como a China, por exemplo, partes dos animais que não são consumidos pelos brasileiros e que costumavam ser processados pelas recicladoras, passou a ser exportado”, afirma. Um bom exemplo disso, citado por ele, é o pé de frango, pouco apreciado pelos brasileiros. O excesso era reciclado e transformado em farinhas e gorduras de frango, com o aumento nas exportações, agora vai para a mesa dos consumidores chineses.

A região Sul corresponde à maior produção de coprodutos animais, com participação de 32,57% do total brasileiro, considerando as empresas inspecionadas pelo Sistema de Inspeção Federal (Sif). Segundo diagnóstico da Abra, em 2014 o Paraná respondeu pela maior fatia da produção entre os Estados, com 12,12%. O Paraná também é o Estado com o maior número de graxarias do país com 43 estabelecimentos certificados, em 2015.

Segundo Roberto Caprini, proprietário da graxaria Caprini, em Laranjeiras do Sul, o aproveitamento dos restos de animais tem, em média uma quebra de 60%, dependendo do tipo de material. Isso significa que do volume total recebido para o processamento, sobra 40% de sebo. Ele compara o processo industrial a uma “fritadeira gigante”, onde os restos de animais são aquecidos em pressão controlada.

Com capacidade para processar 100 toneladas de subprodutos por dia, Caprini lamenta a concorrência desleal. “Os grandes grupos mandam no mercado e controlam o preço como querem”, afirma.

Segundo o empresário, existem diferentes qualidades de sebo que podem fazer seu preço variar em até 15% no mercado. Um produto de boa qualidade deve ter menos de 1% de acidez.



Clênio Gonçalves, da ABRA

Do sabonete ao combustível



O sebo bovino é a segunda maior fonte para produção de biodiesel

O sebo é obtido através do cozimento de subprodutos bovinos, principalmente ossos e vísceras. Todo esse processo é balizado e fiscalizado por normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Seu uso é vasto. Vai da produção de vernizes e lubrificantes a indústrias químicas e produção de sabão e sabonetes. A indústria farmacêutica utiliza para produção de glicerina e as usinas para produção de biodiesel. De acordo com o Boletim Mensal dos Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia de agosto, o sebo foi a segunda matéria-prima mais utilizada para a produção do biocombustível, com participação de 16,7%, atrás somente do óleo de soja.

Essa destinação, aliás, é um dos fatores que influencia o preço do sebo no mercado. “Quando começa a colheita, o mercado de biodiesel procura a soja e o preço do sebo cai um pouco”, afirma Reis, da Scot Consultoria. De acordo com a revista BiodieselBR, o volume de biodiesel fabricado com sebo bovino cresce a cada ano. Em 2006, quando surgiu pela primeira vez nas estatísticas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o insumo era responsável pela produção de 816 mil litros do combustível, dez anos depois, esse volume passou para 738,9 milhões de litros, um crescimento de quase mil por cento.

A cada ano, cerca de 1,7 milhão de toneladas de carcaças de animais que morrem naturalmente antes do abate acabam sendo descartadas sem ser encaminhadas para reciclagem, de acordo com

a Abra. Se esse material fosse aproveitado, aponta a entidade, seria possível fabricar mais 490 milhões de litros de biodiesel a partir da gordura animal.

Na indústria de cosméticos, o sebo bovino é a matéria-prima essencial para a fabricação de sabonetes em barra. Segundo Rodrigo Papov, especialista de indústria saboeira e gerente de marketing e produtos da Leclair Cosméticos, empresa localizada na Região Metropolitana de Curitiba, existem diversas combinações possíveis para compor a massa base utilizada na indústria, podendo ser 100% sebo; 82% sebo e 18% óleo de palma; 95% sebo e 5% óleo de palma. “Como o sabonete é composto mais de 90% de massa base, o impacto do preço do sebo bovino é alto”, avalia.

Segundo Papov, para obter uma massa base de qualidade, o sebo deve ser novo e bem conservado, senão corre-se o risco de comprometer a qualidade do produto final. O preço da massa base (95% sebo e 5% óleo de palma) passou dos R\$ 3,32 em maio de 2015, para R\$ 4,60 em outubro de 2016. “Uma alta expressiva”, pondera.

Para se ter ideia da dinâmica deste mercado, em 2010 o setor de biodiesel consumia 24,1% do sebo bovino disponível no mercado, enquanto que o setor de higiene e limpeza abocanhava 56,8% da produção. Quatro anos depois, essa dinâmica se inverteu: o biodiesel passou a consumir 50,3%, enquanto o consumo de higiene e limpeza caiu para 40,9%.

De acordo com o presidente da Abra, o mercado de comida para animais de estimação (pet food) também entrou no radar do setor, pois remunera melhor o sebo de boa qualidade. Porém ainda não apresenta volumes significativos para ganhar importância na cadeia.

Entraves

A falta de incentivos para o setor de reciclagem animal é o principal entrave para o desenvolvimento desta cadeia. Segundo o presidente da Abra, Clênio Gonçalves, “As autoridades brasileiras ainda não nos reconhecem como de utilidade pública”, afirma, referindo-se à vocação do setor de cuidar da sustentabilidade da cadeia da carne e as consequências diretas na proteção do meio ambiente.

Na opinião de Salazar, do Sindicarnes, uma saída é dinamizar o setor primário, aumentando o rebanho bovino no Estado. “O co-produto está vinculado à questão da pecuária, que no Paraná ainda é relativamente pequena”, pondera.

Um alento para normatizar e regular o setor de reciclagem animal está em gestação no legislativo nacional. O projeto de Lei nº 5851/2016 de autoria do deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), tramita atualmente na Câmara Federal. Segundo a justificativa do PL: “No Brasil, inexistente legislação que normatize disposição de carcaças de animais mortos seja no interior ou exteriormente aos estabelecimentos de criação”. Na opinião do presidente da Abra, o projeto é importante, uma vez que trata de saúde pública e saúde animal.

Olho no período de plantio da soja

O produtor rural que plantar a oleaginosa após o dia 31 de dezembro será notificado e autuado



Defesa Sanitária Vegetal, Lei nº 11.200/1995 e o Decreto 3287/1997. O plantio fora da época determinada pela legislação ou a manutenção de plantas vivas de soja fora dos prazos determinados podem gerar multas de até R\$ 15 mil por dia. Os valores são definidos por Unidade Padrão Fiscal (UPF/PR) e não mais pela Unidade de Referência Fiscal (UFIR). “Além de respeitar o período de plantio determinado pelo zoneamento, o produtor rural deve cumprir os prazos para não sofrer penalidades”, destaca o engenheiro-agrônomo Fernando Aggio, do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP.

Desde outubro do ano passado, por meio da Portaria nº 193/2015, a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) proibiu o cultivo de soja safrinha a partir da temporada 2016/2017. O objetivo é evitar que a ferrugem asiática ganhe resistência aos fungicidas disponíveis no mercado. Com a medida, o produtor rural pode realizar o plantio de soja após o fim do período do vazio sanitário (15 de setembro), até 31 de dezembro.

Segundo a engenheira-agrônoma Maria Celeste Marcondes, da Adapar, o produtor rural deve respeitar o prazo determinado pela portaria. “O produtor que plantar soja após o dia 31 de dezembro será notificado e autuado. O Paraná é o segundo maior produtor de soja do Brasil, apresentando uma área cultivada em torno de cinco milhões de hectares, que pode ficar comprometida se não houver fungicidas disponíveis no mercado para o controle da ferrugem asiática”, alerta a engenheira-agrônoma.

De acordo com ela, as multas são definidas pela legislação da

Ferrugem asiática

Considerada a doença mais severa na cultura de soja, a ferrugem asiática foi identificada no Brasil em maio de 2001. Causada pelo fungo *Phakopsora pachyrhizi*, a infecção provoca desfolha precoce, compromete a formação, o desenvolvimento de vagens e o peso final do grão, podendo causar danos de até 100% na produtividade.

Hoje, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) realiza um monitoramento para controlar a doença em todo o país. No site www.consortioantiferrugem.net, é possível encontrar informações sobre a doença, desde fungicidas para controle, laboratórios credenciados até a legislação que normatiza os períodos de vazio sanitário e janela de semeadura no Brasil. Um dos destaques é o mapa de dispersão da doença, com informações detalhadas sobre cada foco relatado.

Técnicos conhecem Programa Integrado de Conservação de Solo e Água

Mais 10 turmas iniciaram o curso Manejo do Solo e Água em Propriedades Rurais e Microbacias



O Programa Integrado de Conservação de Solo e Água foi apresentado para 117 técnicos de todas as regionais do Paraná de 15 entidades que fazem parte do Conselho Consultivo*, no dia 8 de dezembro, no Hotel Lizon, em Curitiba.

O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette lembrou, durante a abertura do evento, que o solo é o bem mais precioso do produtor rural e o Paraná não pode ficar de olhos fechados quando se trata do assunto. Um dos principais eixos do programa é a capacitação e atualização de técnicos e produtores rurais. “A nossa meta é capacitar dois mil técnicos num prazo de

dois anos. Precisamos que nossos técnicos estejam preparados para elaborar e executar projetos para atender aos produtores rurais. São eles que irão levar o Programa aos municípios”, explicou Meneguette.

Para o diretor-presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), Inácio Kroetz, o programa representa um grande avanço para o setor agropecuário. “Não existe evolução se trabalharmos na infração e notificação dos produtores. Tem que existir a solução para o problema”, afirmou. Na avaliação do coordenador do comitê gestor, José Tarciso Fialho, da Secretaria da

Agricultura e Abastecimento (Seab), um dos pontos fortes do programa é a integração entre a iniciativa privada e órgãos do governo. “Estamos somando e otimizando esforços ao reunir as ideias e conhecimento de todas as entidades”, destacou.

Durante o evento, o técnico da FAEP e secretário-executivo do Programa, Werner Hermann Meyer Júnior, lembrou que os atuais custos com a erosão do solo já estão afetando a produtividade das lavouras e comprometendo a renda do produtor rural. “Nos últimos anos ocorreu uma redução da fertilidade do solo devido ao aumento de produtividade. Além disso, houve o assoreamento e eutrofização dos rios e mananciais e o aumento na frequência e no custo de manutenção de estradas rurais”, explicou.

A secretária-executiva, Debora Grimm, lembrou que muitas práticas conservacionistas estão sendo deixadas de lado. “O plantio direto que se pratica no Estado é de baixa qualidade, está havendo uso inadequado de máquinas agrícolas e essa situação precisa ser dimensionada para ser adaptada de acordo com as recomendações técnicas. Por isso o ponto forte do Programa será a capacitação para a retomada dessas técnicas”, observou.

Capacitação

Desde agosto, duas turmas pilotos de técnicos iniciaram o curso à distância do SENAR-PR Manejo do Solo e Água em Propriedades Rurais e Microbacias, em Paranaity, região Noroeste do Paraná. Com uma carga-horária de 300 horas, a capacitação tem como objetivo preparar engenheiros-agrônomo, engenheiros-agrícolas, engenheiros-florestais e técnicos agrícolas na elaboração de projetos de manejo de solo e de água, de acordo com as necessidades de cada propriedade rural. Em novembro e dezembro, mais 10 turmas começaram o curso em Cambará, Ibioporá, Ponta Grossa, Guarapu-

ava, Pato Branco, Assis Chateaubriand, Paranavaí e Santa Tereza do Oeste. A meta é formar 80 turmas até o final de 2017.

*Conselho Consultivo

O Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná conta com um Conselho Consultivo, formado pelas seguintes instituições: Sistema FAEP/SENAR-PR, Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep), Associação dos Municípios do Paraná (AMP), Federação Brasileira de Plantio Direto e Irrigação (Febrapdp), Associação Paranaense de Empresas de Planejamento Agropecuário (Apepa), as Secretarias de Estado da Agricultura e Abastecimento e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Itaipu Binacional, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), Adapar, Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar), Companhia Paranaense de Energia (Copel) e Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar).

Programa

Lançado pelo governo estadual em agosto deste ano, através do Decreto nº 4966/2016, o programa tem como objetivo estabelecer ações coordenadas entre órgãos e instituições do governo e da iniciativa privada, voltadas à conservação do solo agrícola e da água.

Sensibilizar o produtor rural, capacitar profissionais para levar a tecnologia de conservação de solo às propriedades rurais e desenvolver pesquisas frente às novas condições do sistema produtivo estão entre as principais diretrizes do Programa.



Divulgado relatório sobre resíduos de agrotóxicos em alimentos

Programa de Análises de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, o PARA, avaliou mais de 12 mil amostras de alimentos ao longo de três anos. Pela primeira vez, o documento revela o risco dos resíduos para a saúde



Quase 99% das amostras de alimentos analisadas pela Agência Nacional de vigilância Sanitária (Anvisa), entre o período de 2013 e 2015, estão livres de resíduos de agrotóxicos que representam risco agudo para a saúde. O dado faz parte do relatório do Programa de Análises de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, o PARA, divulgado pela Agência no último dia 25 de novembro, em Brasília. No total, foram 12.051 amostras monitoradas nos 27 estados do Brasil e no Distrito Federal.

Esta é a primeira vez que a Anvisa monitora o risco agudo para saúde, uma vez que, nas edições anteriores do PARA, as análises tinham foco nas irregularidades observadas nos alimentos. O risco

agudo está relacionado às intoxicações que podem ocorrer dentro de um período de 24 horas após o consumo do alimento que contenha resíduos. Este novo tipo de avaliação, que já vem sendo feito na Europa, Estados Unidos, Canadá etc., leva em consideração a quantidade de consumo de determinado alimento pelo brasileiro.

Foram avaliados cereais, leguminosas, frutas, hortaliças e raízes, totalizando 25 tipos de alimentos. O critério de escolha foi o fato de que estes itens representam mais de 70% dos alimentos de origem vegetal consumidos pela população brasileira, conforme detalhados na tabela a seguir.

Alimento	Nº de amostras analisadas	Nº de amostras com potencial risco agudo	% de amostras com potencial risco agudo
Laranja	744	90	12,1%
Abacaxi	240	12	5,0%
Couve	228	6	2,6%
Uva	224	5	2,2%
Alface	448	6	1,3%
Mamão	722	6	0,8%
Morango	157	1	0,6%
Manga	219	1	0,5%
Pepino	487	2	0,4%
Feijão	764	2	0,3%
Goiaba	406	1	0,2%
Repolho	491	1	0,2%
Maçã	764	1	0,1%
Outros alimentos: arroz, milho (fubá), trigo (farinha), banana, abobrinha, pimentão, tomate, batata, beterraba, cebola, cenoura, mandioca (farinha)	6.157	0	-
TOTAL	12.051	134	1,11%

Fonte: Anvisa - 25/11/2016

O que foi encontrado?

Um dos alimentos com maior quantidade de amostras analisadas foi a laranja. Vigilâncias sanitárias de Estados e municípios realizaram a coleta de 744 amostras em supermercados de todas as capitais do país. No montante avaliado, 684 amostras foram consideradas satisfatórias, sendo que, dessas, 141 não apresentaram resíduos.

Uma das situações de risco identificadas na laranja está relacionada ao agrotóxico carbofurano, que passa por processo de reavaliação na Anvisa. É a substância presente nas amostras que mais preocupa quanto ao risco agudo, sendo que 11% das amostras de laranja apresentaram situações de risco relativas ao carbofurano.

O agrotóxico carbendazim é outro que merece atenção quanto ao risco agudo. Os resultados do programa revelaram que em 5% das amostras de abacaxi há potencial de risco relacionado à substância.

Um aspecto importante é que as análises do programa sempre são feitas com o alimento inteiro, incluindo a casca, que, no caso da laranja e do abacaxi, não é comestível. Ou seja, com a eliminação da casca, a possibilidade de risco é diminuída. Isso porque alguns estudos trazem indícios de que a casca da laranja tem baixa permeabilidade aos principais agrotóxicos detectados, de modo que a possibilidade de contaminação da polpa é reduzida.

Já para os demais produtos, como a abobrinha, o pimentão,

o tomate e o morango, o risco agudo calculado foi considerado aceitável em quantidade superior a 99% das amostras.

As irregularidades apontadas no relatório, apesar de não representarem risco apreciável à saúde do consumidor do ponto de vista agudo, podem aumentar os riscos ao agricultor, caso ele utilize agrotóxicos em desacordo com as recomendações de uso autorizadas pelos órgãos competentes.

As irregularidades também podem indicar uso excessivo do produto ou mesmo a colheita do alimento antes do período de carência descrito na bula do agrotóxico. As situações de contaminação por deriva, contaminação cruzada e solo, entre outros, também podem ocasionar a presença de resíduos irregulares nos alimentos, principalmente nos casos em que os resíduos são detectados em concentrações muito baixas.

O que é o PARA?

O PARA foi iniciado em 2001, com o objetivo de avaliar os níveis de resíduos de agrotóxicos nos alimentos de origem vegetal que chegam à mesa do consumidor. O programa é coordenado pela Anvisa, que atua em conjunto com as vigilâncias sanitárias de estados e municípios e com os Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacens).

As vigilâncias sanitárias realizam os procedimentos de coleta dos alimentos disponíveis no mercado varejista e os enviam aos laboratórios para análise. O objetivo é verificar se os alimentos



comercializados apresentam agrotóxicos autorizados em níveis de resíduos dentro dos Limites Máximos de Resíduos (LMR) estabelecidos pela Anvisa. Atualmente, o PARA acumula um total de mais de 30 mil amostras analisadas, distribuídas em 25 alimentos de origem vegetal.

Com os resultados, o que acontece?

Os resultados obtidos no PARA contribuem para a segurança alimentar da população. Quando são encontrados riscos para a saúde, uma das ações da Agência é verificar qual ingrediente ativo contribuiu decisivamente para o risco e, assim, proceder às ações mitigatórias, como fiscalização, fomento de ações educativas à cadeia produtiva, restrições ao uso do agrotóxico no campo e, até mesmo, incluir o ingrediente ativo em reavaliação toxicológica. Ou seja, reavaliar a anuência do registro do agrotóxico no país do ponto de vista da saúde.

A Anvisa não atua sozinha nesta questão. Para que os agrotóxicos sejam registrados, a Agência avalia essas substâncias do ponto de vista do risco para a saúde humana. Já o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) avalia a substância pela ótica da possibilidade de danos ao meio ambiente e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) avalia a eficiência do produto no campo e formaliza o registro com o aval dos três órgãos envolvidos.

O PARA ainda municia vigilâncias sanitárias com informações que podem auxiliar em programas estaduais de monitoramento. Também ajuda na identificação de culturas que possuem poucos agrotóxicos registrados em razão do baixo interesse das empresas em registrar produtos para essas culturas, denominadas minor

crops ou Culturas de Suporte Fitossanitário Insuficiente (CSFI).

Nesses casos, há normas que simplificam o registro de produtos para essas culturas, melhorando de forma significativa a disponibilidade de ingredientes ativos autorizados para as CSFI nos últimos cinco anos. De 2011, quando a primeira norma para CSFI foi publicada, até hoje, mais de 900 novos LMRs de ingredientes ativos de relativa baixa toxicidade foram estabelecidos para as mais diversas culturas consideradas de baixo suporte fitossanitário no país.

Perspectivas para o futuro

Nos próximos anos, o PARA pretende aumentar o número de alimentos monitorados de 25 para 36, os quais terão abrangência de mais de 90% dos alimentos de origem vegetal consumidos pela população brasileira, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O número de amostras coletadas também se ajustará à realidade de consumo de cada alimento em cada Estado.

Além disso, o programa ampliará o número de agrotóxicos pesquisados nas amostras, incluindo substâncias de elevada complexidade de análise, como glifosato e o 2,4-D, entre outras.

A Agência também está acompanhando o desenvolvimento de metodologias para avaliação do risco cumulativo, ou seja, quais são os riscos à saúde resultantes da ingestão de alimentos contendo resíduos de diferentes agrotóxicos com mesmo efeito tóxico.

A Europa, nos últimos anos, tem trabalhado no desenvolvimento de metodologia para avaliar esse tipo de risco e deve publicar no próximo ano os primeiros resultados dessa avaliação, segundo informações disponíveis no site da Autoridade Europeia de Segurança Alimentar (EFSA).

Fonte: Anvisa

Conceito “One Health – Uma só saúde” será tema da AveSui 2017

Evento é ponto de encontro do setor de aves e suínos



O SENAR-PR participa em 2017 da AveSui América Latina que será realizado durante os dias 25, 26 e 27 de abril no CentroSul, em Florianópolis (SC) com o tema One Health – Uma só saúde e pretende debater a integração entre saúde humana, saúde animal, ambiente e adoção de políticas públicas efetivas na prevenção e controle de enfermidades.

O termo em inglês *One Health* tem como principal objetivo tentar reduzir os riscos de emergência e disseminação de doenças infecciosas resultantes da interface entre animais, humanos e ecossistemas.

A AveSui se consolidou como ponto de encontro do setor de aves e suínos da América Latina por oferecer aos seus visitantes oportunidades de contato direto com novas empresas, tecnologias e soluções para produção de proteína animal vindas do Brasil e de outros países.

Além dos três dias da feira de negócios, a AveSui apresentará uma extensa grade de palestras técnicas, workshops, fóruns,

auditório de Inovações Tecnológicas, Granja modelo, 2ª edição do Prêmio "Quem é Quem: Maiores e Melhores" premiando as cooperativas brasileiras, e o Prêmio Oswaldo Gessulli de Personalidades, reconhecendo personalidades da suinocultura e da avicultura, que se destacarem por sua atuação na área técnica e empresarial.

Feira Internacional

Um dos pontos fortes do evento é a grande presença internacional, não só de expositores, mas também de compradores. Enquanto empresas de diversos países escolhem a AveSui para buscar oportunidades no mercado brasileiro - seja com instalação

de fábricas ou fazendo parcerias com empreendedores locais - visitantes da América Latina se destacaram nos negócios gerados na feira. Entre os expositores internacionais, a grande presença das empresas chinesas consolidou novamente a parceria comercial Ásia-Brasil na cadeia de aves e suínos.

Congresso de Zootecnia de Precisão

Durante a AveSui ocorre o II Congresso de Zootecnia de Precisão - A engenharia a favor da produção animal que debaterá as vertentes desse processo de tecnologia no sistema produtivo. O congresso realizado pelo Instituto Oswaldo Gessulli (IOG) é coordenado pela Prof. Dra. Ibiara C. L. Almeida Paz, da Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (UNESP), juntamente com Prof. Dra. Fabiana Ribeiro Caldara da Universidade Federal da Grande Dourados - Faculdade de Ciências Agrárias. Para mais informações acesse o site www.avesui.com

FELIZ ANO NOVO!

As diversas vertentes da esperança e da renovação de sonhos

A chegada de um novo ano ou ano bom no calendário mexe emocionalmente com as pessoas. Quem nunca teve as resoluções de ano novo? Esse ano começarei a dieta, a academia, comprarei algo novo, viajarei, ficarei mais tempo com a família. São tantas as decisões e metas que independente de cumpridas ou não estão associadas à ideia que o Ano Novo marca o início de um novo ciclo e com ele a esperança de realização e a renovação dos sonhos.

Citando o poema Cortar o Tempo, que não se sabe ao certo a autoria: "Quem teve a ideia de cortar o tempo em fatias, a que se deu o nome de ano, foi um indivíduo genial. Industrializou a esperança, fazendo-a funcionar no limite da exaustão".

É o momento também em que as pessoas ficam mais próximas da família e dos amigos e também o momento mais nostálgico com tantas recordações. Traz de volta lembranças de momentos especiais.

Mas nem sempre o ano foi contado como é hoje, fracionado em dias, meses e anos. Os assírios, persas, fenícios e egípcios comemoravam o ano-novo no mês de setembro. Já os gregos, celebravam o início de um novo ciclo entre os dias 21 ou 22 do mês de dezembro.

Dizem que o Ano Novo ocidental foi decretado pelo governador romano Júlio Cesar, em 46 a.C, por ser janeiro dedicado ao deus Jano, o deus dos portões que tinha “uma face voltada para frente, visualizando o futuro e outra para trás, visualizando o passado”. Por isso era chamado de calendário juliano.

Até 1751, o ano novo era comemorado no dia 25 de março por alguns países, data que marcava o início da primavera e as festas duravam uma semana.

O calendário que conhecemos hoje foi instituído pelo Papa Gregório XIII, por isso é conhecido como gregoriano e consolidado pela igreja católica. Por um bom tempo os franceses resistiram a “nova” data. Existem inúmeros calendários que ainda permanecem em uso em certas regiões e que calculam a data do ano-novo de forma diferente. Para os chineses a celebração começa em fins de janeiro ou início de fevereiro, na primeira lua nova após o inverno. Durante os festejos, eles realizam desfiles e shows pirotécnicos. No Japão, a comemoração ocorre do dia 1º ao dia 3 de janeiro. Os muçulmanos também tem um calendário próprio, chamado de “Hégira”, e o Ano Novo é dia 6 de junho. O Ano Novo Judaico é chamado de “Rosh Hashanah” e a data é “móvel”.

Uma das comemorações mais famosas do mundo moderno é a Bola da Times Square ou Times Square Ball, em Nova York. Mais de um milhão de pessoas acompanha a sua descida de 43 m em 60 segundos através de um mastro especialmente projetado, tornando-a conhecida como a bola que cai.

É uma das principais festas de muitos países e é carregada de tradições e superstições como usar roupa branca, uma tradição africana que representa a purificação espiritual. Outra versão diz que a simbologia está relacionada a cor das nuvens quando se fazia um bom tempo, era também aquela das montanhas com neve no cume, e lá estavam os deuses e a cor sagrada para Zeus e seus cavalos brancos. Ela também está associada a pureza celestial, Páscoa e a Ressurreição. Há diversas superstições e rituais relacionados à comida encerrando com a queima de fogos a meia noite para afugentar o mal.

Para os estudiosos o mais importante é o poder que os símbolos carregam de fechar ciclos e o seu efeito no ser humano. É o momento em que se faz o autoexame, se coloca na balança o que foi negativo ou positivo até aquele momento ganhando força a possibilidade de mudanças.

Revéillon - vem do verbo francês réveiller que significa acordar, despertar. Na França se usa o nome “Réveillon de la Saint-Sylvestre”, porque também é o dia de São Silvestre, nome da corrida internacional que acontece há mais de 90 anos nas ruas de São Paulo.

Comemorações em alguns países:

Itália: Os italianos recebem o Ano Novo com fogos de artifícios. Uma das tradições é dizer que “quem dorme na virada do ano dormirá o ano todo”.

Austrália: A queima de fogos em Sidney começa três horas antes da meia-noite, bem na frente da famosa Opera House e da Golden Bridge. Os australianos se reúnem no porto para assistir ao espetáculo e depois seguem para pubs e praias.

França: Os franceses e os turistas se reúnem na avenida Champs-Élysées, em Paris, bem perto do Arco Triunfo. Para assistir a queima de fogos levam uma garrafa de champanhe.

Inglaterra: Em Londres, a grande festa acontece bem perto da National Gallery e do famoso Big Ben, mas, a maioria dos londrinos prefere passar a noite do dia 31 em casa com a família, deixando as ruas da cidade para os turistas que são muitos.



Novas regras para armazenagem de agroquímicos

Resolução dispensa necessidade de licenciamento ambiental para armazenagem no meio rural sem fins comerciais



No último dia 30 de novembro, a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sema) e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) assinaram a Resolução nº 028/2016 que trata dos requisitos técnicos necessários para o licenciamento ambiental de armazenagens de agroquímicos no Estado.

A medida trata principalmente da obrigatoriedade de licenciamento ambiental para o armazenamento com fins comerciais e isenta da necessidade de licença os armazenamentos nas áreas rurais. Com isso, os empreendimentos rurais sem fins comerciais estão dispensados do licenciamento ambiental e não precisam requerer a Declaração de Dispensa de Licença Ambiental (DLAE). Porém se a DLAE for requerida, nos casos em que seja necessário comprovar a dispensa, o produtor pode emitir esse comprovante através do site do IAP.

Vale lembrar que estão dispensados de licenciamento ambiental somente os armazenamentos de agroquímicos sem fins comerciais localizados na área rural, aqueles que estiverem nas áreas urbanas não estão dispensados. Além disso, mesmo os depósitos na área rural devem seguir os critérios definidos nas normas técnicas da legislação, relativas às questões de construção e segurança desses espaços.

Essa lembrança é oportuna, pois muitos produtores têm estabelecido seus depósitos em áreas urbanas, preocupados com roubos nas propriedades rurais. Atenta a esse problema, a FAEP solicitou ao IAP um prazo para que esses produtores se adequem às novas regras. Os depósitos sem fins comerciais de produtos agroquímicos localizados em área urbana terão um prazo de 12 meses para solicitar a Licença de Operação.

Tanto nas áreas rurais quanto urbanas, não serão passíveis de licenciamento ambiental os depósitos de agroquímicos que estiverem: em zonas estritamente residenciais; em áreas de preservação permanente; em áreas com lençol freático aflorante ou com solos alagadiços; em Unidades de Conservação, de acordo com o plano de manejo, se existente; em áreas onde as condições geológicas não oferecem condições para a construção de obras civis; em Edificações conjugadas-contíguas com residências.

Para obter o licenciamento ambiental, os depósitos instalados nas áreas urbanas devem seguir uma série de critérios técnicos estabelecidos na resolução. Estabelecimentos de pequeno e médio porte (até 100 m³) precisam apresentar o Plano de Controle Ambiental. Já empreendimentos de porte grande e excepcional (acima de 500 m³), além do Plano de Controle Ambiental, devem apresentar também o Relatório Ambiental Preliminar.

A distância dos depósitos em relação a aglomerações públicas (escolas, creches, hospitais etc.) dependerá do volume armazenado. Quanto maior o volume, maior a distância.

FAEP pede esclarecimento sobre recursos pagos para liquidação da DAU

Em junho, MP estabeleceu faixas de desconto para liquidação de dívidas de crédito rural inscritas na Dívida Ativa da União (DAU)



O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, encaminhou no dia 5 de dezembro, ofício à diretoria de gestão da Dívida Ativa da União (DAU), solicitando à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que esclareça o procedimento correto para que os produtores recuperem os recursos pagos na liquidação da DAU entre 14/06/2016 e 27/09/2016 referentes aos descontos fixos estabelecidos na conversão da MP 733 na Lei nº 13.340/2016.

Em junho deste ano, a Medida Provisória nº 733 autorizou que os produtores rurais liquidassem ou renegociassem as dívidas de crédito rural inscritas na DAU com descontos que variavam entre 60% a 95%, dependendo das faixas para enquadramento do valor consolidado da inscrição.

Ocorre que, em setembro, a referida MP foi convertida na Lei nº 13.340/2016 e, para surpresa dos produtores que haviam aderido à liquidação e já pago a dívida, foi inserido um novo anexo prevendo, além dos descontos percentuais acima citados, desconto de valor fixo, após aplicação do desconto percentual. Esses descontos variam de R\$ 750 a R\$ 142.500, conforme as faixas para enquadramento do valor consolidado da inscrição em DAU. Diante disso, muitos produtores procuraram a PGFN, porém não conseguiram reaver os valores que lhe são de direito, conforme a Lei 13.340/2016.

O ofício também foi encaminhado ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, à Frente Parlamentar Agropecuária e à Confederação Nacional da Agricultura.

Compagas e Castrolanda desenvolvem projetos de Biogás e Biometano

A intenção é que a companhia atue em parceria com a cooperativa agropecuária, buscando soluções para os dejetos gerados pelo segmento



José Roberto Gomes Paes Leme, diretor técnico-comercial da Compagas, Marcel Barbieri, engenheiro da Compagas, Vinicius Fritsch, coordenador de engenharia da Castrolanda, Frans Borg, presidente da Castrolanda, Nilson Hanke Camargo, engenheiro agrônomo da FAEP, Jan Haasjes, representante da Castrolanda, Alexandre Capanema, assessor da Compagas, Guilherme Bedene, gerente de Planejamento da Compagas e Fernando Ghignone, diretor-presidente da Compagas.

A Companhia Paranaense de Gás (Compagas), concessionária responsável pela distribuição de gás canalizado no Estado, vem conduzindo projetos que para consolidar a cadeia produtiva do biogás e do biometano no Paraná. No dia 28 de novembro, a Compagas assinou um termo de cooperação técnica com a Cooperativa Castrolanda, que tem 849 produtores cooperados em Castro, visando incentivar a redução dos impactos ambientais.

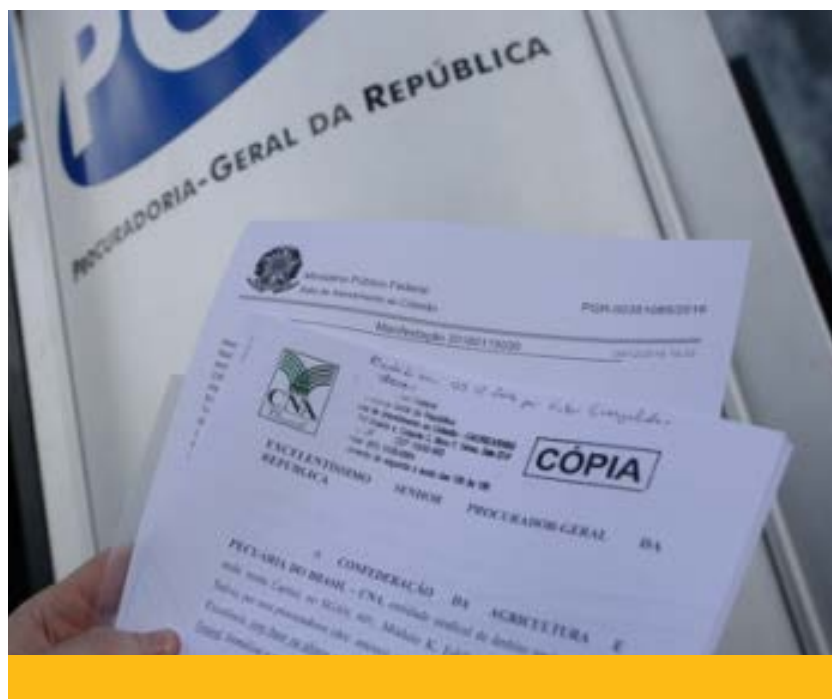
Para o engenheiro-agrônomo da FAEP, Nilson Hanke Camargo, que também participou da reunião, essa parceria entre a Compagas e a Castrolanda é de extrema importância tanto no aspecto ambiental, quanto financeiro para os produtores rurais. “Os dejetos produzidos hoje não têm sido aproveitados da maneira correta e ainda têm gerado ônus para os produtores. Por isso, a criação de um projeto que organize esse setor fará toda a diferença”.

De acordo com o diretor-presidente da Compagas, Fernando Ghignone, esta é a oportunidade de dar a destinação final adequada a esses resíduos, gerando uma nova fonte de renda aos produtores

e criando uma nova matriz de gás para ser distribuído pela companhia. “Estamos em uma fase de dimensionamento do projeto, mas, no futuro, esse gás gerado nas propriedades poderá ser utilizado na geração de energia elétrica e até para movimentar os motores dos veículos e máquinas agrícolas do município”, explica.

Para o diretor-presidente da Castrolanda, Frans Borg, essa parceria com a Compagas, além de agregar valor e trazer competitividade ao agronegócio, irá viabilizar a utilização do biogás. “Hoje, os pecuaristas podem até produzir o biogás, mas não têm como dar o destino adequado para ele, por isso o objetivo dessa parceria será desenvolver um projeto que viabilize o aproveitamento desse combustível”.

A Compagas já realiza estudos de viabilidade relacionados ao biogás junto ao Centro Internacional de Energias Renováveis (CI-Biogás) em pequenas e médias propriedades rurais, cooperativas, granjas e empresas da Região Oeste do Paraná. Vale ressaltar que o biogás pode ser transformado em energia térmica, elétrica, veicular e em biofertilizante.



tores, sem qualquer dificuldade, permitindo o acesso a informações de caráter pessoal, resguardadas pela Constituição Federal”.

Ao determinar que os dados fossem publicados, o ministro do Meio Ambiente expôs, por exemplo, nomes e matrículas das fazendas dos produtores. Somente dias depois o ministério voltou atrás e retirou o nome da propriedade da internet, mas diversas consultas ao cadastro já haviam sido feitas.

Irresponsabilidade – A divulgação, conforme mostra a representação da CNA, “expôs de modo irresponsável um dos setores produtivos mais importantes para a economia brasileira, abrindo para ONGs e concorrentes internacionais dados que são indicativos dos métodos de produção e das potencialidades da agropecuária nacional”.

A CNA requer ao procurador-geral da República providências necessária para que Sarney Filho seja responsabilizado por crimes de responsabilidade previstos nos artigos 7º e 8º da Lei nº

1.079/1950.

Outra providência é a instauração de inquérito civil público para apurar a “prática de improbidade administrativa pelo ministro do Meio Ambiente”, de acordo com o que determina a Lei nº 8.429/1992, nos incisos I, II e VII de seu artigo 11.

Na representação, a CNA pede que o ministério do Meio Ambiente libere cópias de todos os documentos relacionados com a “divulgação irregular dos dados do CAR, em especial os pareceres jurídicos que supostamente teriam embasado a ação ilícita ora denunciada”. A entidade diz que as informações de caráter pessoal dos produtores “divulgadas de forma indiscriminada colocam em risco a segurança da sociedade e do Estado”.

CNA protocola representação contra Ministro do Meio Ambiente

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) protocolou no dia 9 de dezembro, na Procuradoria-Geral da República, representação contra o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho.

No documento, a CNA afirma que o ministro cometeu crimes de responsabilidade e improbidade administrativa ao determinar a divulgação pública, pela internet, de dados sigilosos do produtor rural contidos no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

A Confederação alega que a divulgação das informações do CAR on-line fez com que houvesse “fácil identificação dos produ-

Funrejus

O Governador Beto Richa sancionou, dia 13 de dezembro, a Lei nº 18.921 que define um teto para a cobrança do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário do Estado do Paraná (Funrejus), conforme estabelece o Projeto de Lei nº 416/2016, de autoria do Poder Judiciário.

A taxa destina-se ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário, cuja cobrança, pelas regras anteriores, era de 0,2% sobre o valor do título do imóvel ou da obrigação nos atos praticados pelos cartórios de protesto de títulos, registros de imóveis e tabelionatos.

Essa porcentagem comprometia, principalmente, o setor produtivo. Um exemplo, colocado pelos deputados, que aprovaram o projeto do Tribunal de Justiça, é de uma empresa com patrimônio avaliado em R\$ 10 milhões que em caso de uma alienação de capital para conseguir um financiamento, teria um custo de R\$ 20 mil só com o Funrejus, o que, em alguns casos, acabava inviabilizando a transação.

Agora, a partir da Lei nº 18.921 a cobrança da taxa está limitada ao teto máximo de recolhimento para o triplo do valor máximo das custas fixadas no Regimento de Custas. O teto máximo do Funrejus será de R\$ 4.927,05.

Agrinho em versões municipais

Sindicatos rurais realizam eventos locais para valorizar os trabalhos inscritos e fomentar o programa visando o ano seguinte



Sindicato Rural de Cambará, recebe premiados com festa

As comemorações do Agrinho não terminaram no dia 24 de outubro, quando o Sistema FAEP/SENAR-PR reuniu mais de 1,5 mil participantes, entre alunos, professores, diretores, pais e lideranças do agronegócio de todas as regiões do Estado para reconhecer e premiar os melhores trabalhos nas diversas categorias. O programa que completou 21 anos e atinge mais de 1 milhão de alunos e 80 mil professores da educação infantil, ensino fundamental e educação especial, das redes pública e particular, tem seus desdobramentos locais após a grande festa realizada em Curitiba.

Pelo sétimo ano consecutivo, o Sindicato Rural de Cambará, na região do Norte Pioneiro, realizou uma festa para mais de 250 pessoas no espaço cultural da cidade. Na ocasião, além de muita música e um coquetel para os convidados, 50 trabalhos, previamente selecionados por uma banca local, foram premiados com bicicletas e outros objetos.

"O Agrinho é um programa fantástico. Mas, lá atrás, não existia uma mobilização por parte das escolas da cidade, o que resultava em poucos trabalhos inscritos. Faltava um incentivo. Então criamos essa premiação em escala menor. E os resultados são extraordinários", diz, sem esconder o entusiasmo, Aristeu Sakamoto, presidente do Sindicato Rural de Cambará.

Os resultados mencionados por Sakamoto são comprovados por números. Há sete anos, Cambará não tinha trabalho inscrito na categoria Experiência Pedagógica do Agrinho. Neste ano, foram nove, sendo que as três selecionadas para

a banca final da regional de Londrina eram de Cambará. Ainda, antes da premiação local era meia dúzia de trabalhos, considerando todas as categorias. Em 2016 foram mais de 600.

"O nosso papel é trabalhar na formação das futuras gerações. Eu sinto que houve envolvimento dos professores e diretores, se aprofundando mais na aplicação do Agrinho em sala de aula", ressalta Sakamoto. "Além disso, é fácil notar que a qualidade dos trabalhos inscritos melhora a cada ano, principalmente nas redações", acrescenta.

Na mesma linha de atuação, buscando fomentar o programa Agrinho entre os professores, o Sindicato Rural de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, organizou, pela primeira vez, um evento local. Antes da premiação final

em Curitiba, um café da manhã reuniu as professoras que tiveram trabalhos inscritos para uma troca de experiências. De quebra, um celular foi sorteado entre as participantes.

Como complemento, no terceiro final de semana de dezembro, o Sindicato promoveu um almoço já pensando em alavancar o número de trabalhos inscritos em 2017.

"Este foi o primeiro ano, mas queremos tornar um evento fixo na agenda. O objetivo é chamar a atenção dos professores e, assim, ampliar os projetos e melhorar as condições de ensino na cidade", aponta Gustavo Ribas, presidente do Sindicato Rural de Ponta Grossa.

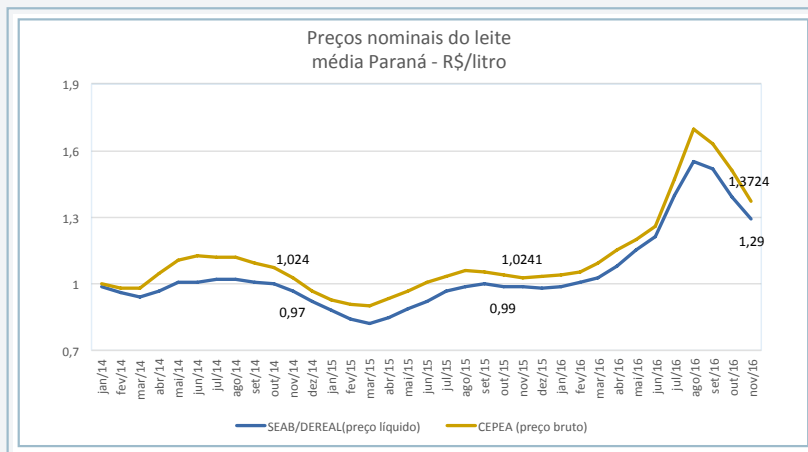


Sindicato Rural de Ponta Grossa realiza evento de sensibilização para professores

Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná / **CONSELEITE-PR**

RESOLUÇÃO Nº 12/2016

A diretoria do Conseleite-Paraná reunida no dia 13 de dezembro de 2016, na sede FAEP, na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga os valores de referência para a matéria-prima leite realizados em novembro de 2016 e a projeção dos valores de referência para o mês de dezembro de 2016, calculados por metodologia definida pelo Conseleite-Paraná, a partir dos preços médios e do mix de comercialização dos derivados lácteos praticados pelas empresas participantes.



VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - NOVEMBRO/2016

Matéria-Prima	Valor Projetado em novembro/2016	Valor Final novembro/2016	Diferença (projetado-final)
Leite PADRÃO	1,1082	1,0982	-0,0100

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - NOVEMBRO/2016 E PROJETADOS PARA DEZEMBRO/2016

Matéria-Prima	Valores Finais novembro/2016	Valores Projetados dezembro/2016	Diferença (projetado-final)
Leite PADRÃO	1,0982	1,0736	-0,0246

(* Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite "posto propriedade", o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Furrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural

Observações: Os valores de referência indicados nesta resolução correspondem a matéria-prima leite denominada "Leite PADRÃO", que se refere ao leite analisado que contém 3,50% de gordura, 3,10% de proteína, 400 mil células somáticas/ml e 300 mil ufc/ml de contagem bacteriana.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de dezembro de 2016 é de **R\$ 2,2769/litro.**

Visando apoiar políticas de pagamento da matéria-prima leite conforme a qualidade, o Conseleite-Paraná disponibiliza um simulador para o cálculo de valores de referência para o leite analisado em função de seus teores de gordura, proteína, contagem de células somáticas e contagem bacteriana. O simulador está disponível no seguinte endereço eletrônico: www.conseleite.com.br

Curitiba, 13 de dezembro de 2016

WILSON THIESEN Presidente | **RONEI VOLPI** Vice - Presidente



Quando recebo o Boletim Informativo, corro para ver a Via Rápida, que realmente é toda ela sensacional, principalmente as fotos enviadas pelos leitores. Permitam-me tecer algum comentário sobre a foto da cadela Lara da edição 1370. Acredito que a causa da depressão da Lara esteja na própria foto, ou seja, o fato dela viver acorrentada. Disse uma vez meu saudoso pai ao dono de um cachorro ao vê-lo na mesma situação: Manoel, solte este cachorro da corrente, liberdade é tudo.

Humberto Luiz Rocco
Colorado, PR



FUNDEPECPR

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ

INFORME

Veja também no site
www.fundepecpr.org.br

FUNDEPEC - PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINDO 30/11/2016

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$			DESPESAS EM R\$			SALDO R\$	
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES		FINANCEIRAS/ BANCÁRIAS
	1-13	14						
Saldo C/C	218,60					56,19	162,41	
Serviços D.S.A	403.544,18	-	-	138.681,09	542.225,27	-	-	
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	-	35.949.788,55	-	2.341.952,64	42.589.174,25	
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	-	3.734.944,33	-	181.518,99	16.087.351,16	
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48	-	3.632.411,86	-	-	7.456.946,49	
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78	-	143.440,28	-	-	220.763,06	
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	14.106,45	-	-	19.945,06	
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	-	179.537,96	-	-	263.545,87	
Pgto. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	-	-	-	141.031,00	(141.031,00)	
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)	
Rest. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	141.031,00	-	-	-	141.031,00	
TOTAL	20.744.400,60	4.624.105,00	141.031,00	43.792.910,52	542.225,27	2.664.502,63	77.623,62	
SALDO LÍQUIDO TOTAL							66.560.320,87	

Ágide Meneghette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO-CRC/PR-045.388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

Campina da Lagoa



Floricultura

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa, em parceria com a Prefeitura de Altamira do Paraná, realizou, de 19 de outubro a 9 de novembro, o curso Trabalhador na Floricultura - básico em floricultura. Participaram 11 produtoras e trabalhadoras rurais com o instrutor Geremias Cilião de Araújo Junior.

Maringá



Piscicultura

O Sindicato Rural de Maringá promoveu, nos dias 21 e 22 de outubro, o curso Trabalhador na Piscicultura - Sistema de Cultivo. Participaram 13 pessoas com a instrutora Janete Armstrong.

Umuarama



Fruticultura

O Sindicato Rural de Umuarama promoveu, nos dias 29 e 30 de setembro, em sua extensão de base em Xambê, o curso Trabalhador na Fruticultura Básica - Manejo Ecológico de Pragas em Citros. Participaram 14 pessoas com a instrutora Marlena Calzavara.

Palotina



Tratorista

O Sindicato Rural de Palotina promoveu, entre os dias 7 e 9 de novembro, o curso de Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas – Trator NHT 7000. Participaram 13 pessoas com a instrutora Silvana de Fátima Ribeiro Olzewski.

Cianorte**Motosserra**

O Sindicato Rural de Cianorte promoveu, entre os dias 25 e 29 de outubro, o curso de Motosserra – Corte Polivalente de Árvores. Participaram quatro trabalhadores rurais com o instrutor Laércio Jorge Kubiak.

Ortigueira**Escavadeira**

O Sindicato Rural de Ortigueira realizou, entre os dias 21 e 25 de novembro, o curso de Escavadeira. Participaram 10 produtores com o instrutor Claudio Rodrigues.

Tibagi**NR-31**

O Sindicato Rural de Tibagi, em parceria com a empresa Maflora, realizou de 21 a 23 de novembro, o curso de aplicação de agrotóxico - NR31. Participaram nove pessoas com o instrutor Antônio Kreninski Júnior.

Turvo**PER**

O Sindicato Rural de Turvo promoveu, de 16 de maio a 3 de outubro, uma turma do Programa Empreendedor Rural (PER). Participaram 13 pessoas com o instrutor Josias Schulze. Participaram 12 pessoas com a instrutora Janete Armstrong.

Palotina**NR-31**

O Sindicato Rural de Palotina promoveu, nos dias 10, 11 e 12 de novembro, o curso de Operador de Máquina Colhedora Axial –NR 31. Participaram 10 pessoas com a instrutora Silvana de Fátima Ribeiro Olzewski.

Ubiratã**MOOP**

O Sindicato Rural de Ubiratã promoveu, de 28 de novembro a 2 de dezembro, o curso Condutores de Veículos - DETRAN Movimentação e Operação de Produtos Perigosos-MOPP. Participaram 15 pessoas com o instrutor Rovani Dutra de Souza.

Campina da Lagoa**Reflorestamento**

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa, em parceria com a Prefeitura de Altamira do Paraná, realizou, nos dias 17 e 18 de novembro, o curso Trabalhador em Reflorestamento (matas homogêneas) - cultivo de eucalipto. Participaram 14 produtores e trabalhadores rurais, com a instrutora Giane Fátima Dranka Mori.

Ivaiporã**NR-31**

O Sindicato Rural de Ivaiporã promoveu, entre os dias 28 e 30 de novembro, o curso de Trabalhador na Operação e na Manutenção de Colhedoras Automotrizes - Colhedora Tangencial - NR-31 - New Holland. Participaram 14 pessoas com o instrutor Newton Cardoso da Silva.



A Química do Amor

Você já ouviu esta frase: rolou uma química. Será que existe mesmo uma explicação científica para o amor? Mãos suando, coração acelerado, respiração pesada, o olhar perdido (tipo "peixe morto"), o ficar rubro quando se está perto do ser amado são causados por um fluxo de substâncias químicas produzidas no corpo da pessoa apaixonada. Entre essas substâncias estão: adrenalina, noradrenalina, feniletilamina, dopamina, oxitocina, a serotonina e as endorfinas. Portanto, são necessários vários hormônios para se apaixonar.

Como se comemora o Natal?

Em cada lugar do mundo se comemora o Natal de uma forma. Nos países escandinavos a celebração começa dia 13 de dezembro, dia de Santa Luzia. Nas semanas que antecedem a celebração, os finlandeses visitam os cemitérios para homenagear os mortos. Na Austrália, os presentes são abertos somente na manhã do dia 25.



Cauda animal

A finalidade da cauda pode variar de animal para animal. Nos animais quadrúpedes e herbívoros ela é usada para espantar moscas e para proteção. No caso do macaco-aranha funciona como uma mão, pode agarrar objetos. Nos cavalos e cachorros demonstra emoções.

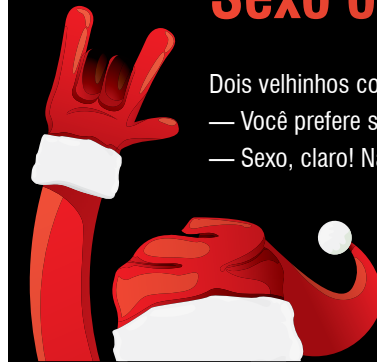


Sexo ou Natal

Dois velhinhos conversando:

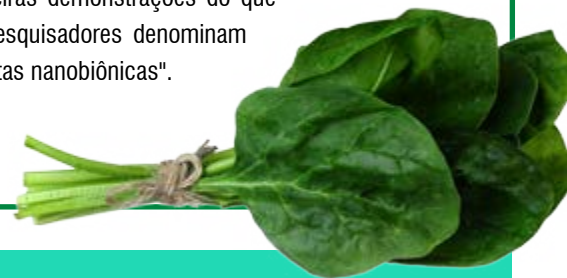
— Você prefere sexo ou Natal?

— Sexo, claro! Natal tem todo ano, enjoa.



Super Espinafres

Pesquisadores do Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT, sigla em inglês), nos Estados Unidos descobriram que além de superalimento, o espinafre pode se transformar em detector de explosivos e transmitir informação para um aparelho parecido com um smartphone. Esta é uma das primeiras demonstrações do que os pesquisadores denominam "plantas nanobiônicas".



Escova de dentes

Dependendo da época as pessoas se viravam como podiam. Na falta de uma escova de dentes, valia flores, pós bizarros e até xixi. Um manuscrito egípcio do século 4 a.C. registra o uso de uma pasta feita da mistura de flores de íris, folhas de menta, pimenta e sal. Os romanos "arriscavam-se" com um pó produzido das cinzas dos ossos e dentes de animais, ervas e areia. Na Idade Média, além das aplicações de pastas de ervas aromáticas, como sálvia, era comum o bochecho com urina para "eliminar" o mau hálito.



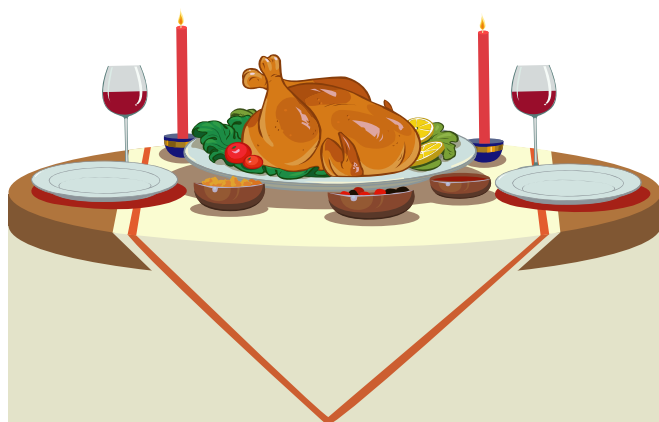


Instinto materno

O leitor Edgar Alberto Piotto, de Londrina, fez esse belo registro, onde podemos comprovar que o instinto materno transcende até mesmo a diferença entre as espécies.

Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo e-mail:

imprensa@faep.com.br



Curiosidades natalinas

- O peru de natal foi servido pela primeira vez como prato principal da ceia em 1621, durante o dia de Ação de Graças, no Estado de Massachusetts, nos Estados Unidos.
- O presépio foi uma criação de São Francisco de Assis.
- As bolas natalinas surgiram para substituir as maçãs que eram colocadas nas árvores de natal como enfeites.
- A figura do Papai Noel é uma homenagem ao bispo católico São Nicolau, que presenteava crianças pobres no século IV.
- A Estátua da Liberdade foi um presente de natal dado pela França aos Estados Unidos.



Feia

O camarada estava andando de táxi quando o motorista disse:

– Olha que mulher bonita! Nossa, ela é um avião! E o passageiro respondeu, gritando:
– Feia!

O motorista:

– Feia nada! Ela é gostosona pra caramba!
E o passageiro, de novo:
– Feia!!! Feia!!!

– Que feia o quê! Tá louco? – retrucou o motorista..

E o passageiro, aos berros:

– Feia!... Feia!... Feia!... Feiiiiia...!!!

O motorista, que não estava olhando para a frente, mas, vendo a mulher, deu uma batida no carro da frente.

Ficou louco da vida e exclamou:

– Pô, cara! Você viu que eu ia bater!!! Por que não me avisou?

E o passageiro, histórico:

–! Eu ava alando há ua hora: feia, feia, feiia, e ocê não feiô. É urdo é?

O que nos mantém unidos

Seria o fato de desenvolvermos a mesma atividade econômica, o que nos permite ficar horas falando dos desafios da labuta? Compartilhando das mesmas dificuldades climáticas, sabendo o quão dura é a gestão da propriedade? Sem falar da dificuldade de escoamento da safra, da falta de uma política agrícola que nos dê garantia. Entendemos a carestia dos insumos para se produzir. Afinidades de uma luta que nos conduz à necessidade de nos unirmos para defendermos o nosso direito de continuarmos a produzir.

Mas é só isso que nos mantém unidos?

Seria a nossa origem? Na maioria somos nascidos no interior. Criados num estilo de vida simples, com hábitos que tornam a vida sem tantos floreiros. Uma mesma origem que nos torna mais solidários e humanos porque ainda preservamos o hábito de estar juntos, de fazer as refeições com a família, de bater papo com o vizinho.

Compartilhamos do mesmo amor a terra, da intimidade com a natureza que apurou nossos olhos e ouvidos, tornando fácil ver um solo fértil onde a maioria vê barro e mato. Um conhecimento passado de pai pra filho sobre a época de plantar e de colher. Que nos permite conhecer a linguagem dos bichos e nos identificarmos de uma forma que pode parecer loucura para quem acha que tudo nasce numa gôndola de supermercado.

Tudo isso nos aproxima. A liga que nos torna mais próximos é sermos seres humanos com os mesmos sentimentos, mesmos sonhos e ideais. O desejo de uma vida digna para nossa família, produzindo para alimentar aos nossos e aos outros.

Somos pessoas que exercem uma mesma atividade econômica e carregam a esperança de uma pátria que nos deixe ser feliz. Queremos ter segurança pra continuar a viver a rotina da roça, permanecer na terra que muitas vezes foram nossos pais quem roçaram ao mesmo tempo em que vislumbramos mais qualidade de vida.

Somos pessoas com as mesmas dores e alegrias, que gostam de gente e não conseguem viver sem produzir. Pessoas que tiveram a mesma lição de respeito ao próximo, de solidariedade, de valorização da família e do trabalho. Aprendemos que precisamos continuar a produzir. Esse é o nosso jeito de contribuir para um mundo melhor.

Esse compartilhar dos mesmos ideais me leva a desejar que possamos continuar juntos em 2017, mantendo acesa a chama da esperança de que esse país tem jeito.

Continuando a acreditar que a maioria da nossa população é feita de gente honesta e trabalhadora, disposta a lutar por um país mais justo e igualitário.

Agradeço a todos que estiveram conosco até aqui: sindicatos rurais, lideranças sindicais, colaboradores, parceiros e, especialmente, você trabalhador e produtor rural que, junto com sua família, é a razão da nossa existência.

Um bom Natal à família rural e que possamos continuar compartilhando dos mesmos ideais em 2017.

Ágide Meneguette,
presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> MUDOU-SE | <input type="checkbox"/> RECUSADO |
| <input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE | <input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO |
| <input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O Nº INDICADO | <input type="checkbox"/> CAIXA POSTAL CANCELADA |
| <input type="checkbox"/> ÁREA SEM DISTRIBUIÇÃO | <input type="checkbox"/> AUSENTE |
| <input type="checkbox"/> DESCONHECIDO | <input type="checkbox"/> FALECIDO |
| | <input type="checkbox"/> OUTROS |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM ___/___/___

RÚBRICA: _____ MATRÍCULA: _____

SISTEMA FAEP



SISTEMA FAEP/SENAR-PR

FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br
SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

A versão digital deste informativo está disponível no site:

sistemafaep.org.br